



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SUSANE CARLA SOUZA PEREIRA

**Governança e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: análise nos
Institutos Federais do Brasil a partir do orçamento público**

Recife
2024

SUSANE CARLA SOUZA PEREIRA

**Governança e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: análise nos
Institutos Federais do Brasil a partir do orçamento público**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis. Área de concentração: Informação contábil.

Orientador: Dr. Fernando Gentil de Souza

Recife
2024

SUSANE CARLA SOUZA PEREIRA

**GOVERNANÇA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL A PARTIR DO ORÇAMENTO
PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico CCSA, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciências Contábeis. Área de concentração: Informação Contábil.

Aprovado em: 19/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Fernando Gentil de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Daniel José Cardoso da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Participação via videoconferência

Prof^a. Dr^a. Bruna Faccin Camargo (Examinadora Externa)
Universidade Franciscana – UFN

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Lucas Almeida dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Franciscana – UFN

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por irradiar uma força divina que me deu coragem e sabedoria para enfrentar as grandes dificuldades.

Aos meus pais e minha irmã por terem caminhado ao meu lado nesta jornada intensa, sempre com muito amor e carinho, em busca da concretização dos meus sonhos.

Ao professor Fernando Gentil que sempre acreditou e incentivou a realização desta pesquisa com valiosas colaborações.

Aos colegas do mestrado MINTER IFBA/UFPE que compartilharam de angústia, dificuldades, incentivo, conhecimento e, principalmente, cumplicidade para buscarmos juntos essa vitória.

E ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia por proporcionar o desenvolvimento profissional aos seus servidores por meio do convênio firmado com a Universidade Federal de Pernambuco para a realização do mestrado acadêmico em Ciências Contábeis.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o possível cumprimento do ODS 4 – Educação de qualidade, a partir da execução orçamentária dos Institutos Federais (IF) de Educação do Brasil. A falta de orientação metodológica sobre a utilização de dados orçamentários para cumprimento da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 pode limitar a análise da Governança frente ao gasto público sustentável. Os 17 objetivos estabelecidos pela ONU para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade possuem a característica de serem transversais. Sendo assim, foi utilizada a Teoria de Redes para explicar a classificação de ações a partir do orçamento nos IF. A metodologia utilizada foi baseada pela do Estado do Paraná, que consiste na análise do gasto público para alcançar os ODS, integrada à política pública, e adaptada para ser aplicável às instituições de Educação. Foi verificado o Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento para execução de políticas públicas e as ações orçamentárias dispostas na Lei Orçamentária Anual como mecanismo de execução das diretrizes traçadas no PPA. Para tanto, foram coletadas ações orçamentárias utilizadas pelos IF no ano de 2022, para confrontar com as 169 metas dos 17 ODS. As análises indicaram que não houve a instituição de metas no PPA 2020-2023 para a promoção do desenvolvimento sustentável pelo governo federal. Entretanto, a pesquisa traz como principal conclusão que os IF podem contribuir para a Agenda 2030 ao colaborar, de maneira transversal, com o alcance de diversos ODS distintos do ODS 4, Educação de qualidade. O estudo contribui na prática para a governança pública, com análise que possibilita identificar potenciais alternativas para a verificação do desenvolvimento sustentável por órgãos públicos, além de ser capaz de auxiliar no direcionamento de prioridades estratégicas para a execução das despesas públicas.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Execução Orçamentária, Institutos Federais, Teoria de Redes.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the possible fulfillment of SDG 4 – Quality Education, based on the budget execution of the Federal Institutes of Education (IF) in Brazil. The lack of methodological guidance on the use of budget data to comply with the 2030 Sustainable Development Goals (SDG) Agenda may limit the analysis of Governance in relation to sustainable public spending. The 17 goals established by the UN to end poverty, protect the environment and ensure that all people can enjoy peace and prosperity have the characteristic of being transversal. Therefore, the Network Theory was used to explain the classification of actions based on the budget in the FIs. The methodology used was based on that of the State of Paraná, which consists of the analysis of public spending to achieve the SDGs, integrated into public policy, and adapted to be applicable to Education institutions. The Multi-Year Plan (PPA) was verified as a planning instrument for implementing public policies and the budgetary actions set out in the Annual Budget Law as a mechanism for executing the guidelines outlined in the PPA. To this end, budget actions used by the FIs in 2022 were collected, to compare with the 169 goals of the 17 SDGs. The analyzes indicated that there were no goals established in the PPA 2020-2023 for the promotion of sustainable development by the federal government. However, the main conclusion of the research is that FIs can contribute to the 2030 Agenda by collaborating, in a transversal way, with the achievement of several SDGs other than SDG 4, Quality Education. The study contributes in practice to public governance, with an analysis that makes it possible to identify potential alternatives for verifying sustainable development by public bodies, in addition to being able to assist in directing strategic priorities for the execution of public expenses.

Keywords: Sustainable Development Goals, Budget Execution, Federal Institutes, Network Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil	35
Figura 2 –	Sistema de governança em organizações públicas	50
Figura 3 –	Diagrama de Zipf	55
Figura 4 –	Classificação Hierárquica Descendente	56
Figura 5 –	Análise Fatorial de Correspondência	57
Figura 6 –	Análise Fatorial de Correspondência - Lexical	64
Figura 7 –	Gráfico de similitude Frequência ≥ 20	65
Figura 8 –	Nuvem de palavras Frequência ≥ 10	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil	30
Quadro 2 –	Metodologias apresentadas por Entes federativos para integração PPA-ODS	43
Quadro 3 –	Programas voltados para a Educação – PPA 2020-2023	51
Quadro 4 –	Metas ODS 4 – Educação de qualidade	52
Quadro 5 –	Possibilidade de alcance dos ODS pelos IF	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial de Correspondência
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Institutos Federais de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
PPA	Plano Plurianual
RBGO	Referencial Básico de Governança Organizacional
SIOF	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
TCU	Tribunal de Contas da União
TG	Tesouro Gerencial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMÁTICA	18
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVA	20
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	23
1.5	CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1	GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	25
2.2	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	29
2.3	COMPROMISSO DO GOVERNO BRASILEIRO PARA ATINGIR OS ODS 2030	32
2.4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO CONTEXTO DE INSTITUTOS FEDERAIS	35
2.5	TEORIA DE REDES	37
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	41
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA	41
3.2	UNIVERSO DA PESQUISA	42
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA METODOLOGIA	43
3.3.1	<i>Coleta de dados</i>	45
3.3.2	<i>Análise dos dados coletados</i>	46
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
4.1	GOVERNANÇA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL	48
4.2	PPA / ORÇAMENTO PÚBLICO	50
4.2.1	<i>Ações orçamentárias executadas pelos IF</i>	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS LOA - 2022	85
	APÊNDICE B – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS POR DESTAQUE - 2022	90

APÊNDICE C – 17 ODS E SUAS 169 METAS	109
APÊNDICE D – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS NA PESQUISA – LOA E DESTAQUE	129
ANEXO 1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA PROPOSTA PELO TCU	134

1 INTRODUÇÃO

A busca constante por desenvolvimento e crescimento econômico representa a motivação de organizações, empresas, países em busca de resultados prósperos. Entretanto, o cenário atual demonstra escassez de recursos naturais, limitação de oportunidades de emprego e aumento de desigualdades como características que refletem problemas sociais, ambientais e econômicos. Com isso, surgiu a necessidade de adoção de práticas sustentáveis como perspectiva de um futuro melhor, sem prejudicar a capacidade de gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (ONU, 2015).

Diante desse panorama de preocupações e na busca por melhorias com promoção de desenvolvimento, representantes de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), reunidos em 2015, determinaram a Agenda 2030 como um plano de ação para conduzir as transformações desejadas por meio da indicação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O intuito de erradicar a pobreza, acabar com a fome no mundo, promover saúde e bem-estar, educação de qualidade, buscar a igualdade de gênero e a renovação de recursos naturais, crescimento econômico, incentivo para inovações, reduzir as desigualdades sociais, aumentar produções sustentáveis, ações contra mudanças climáticas, preservação de ecossistemas, promoção por paz, justiça e implementação de parcerias corresponde aos ideais propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que possuem temáticas abrangentes e os governos devem cumprir (Matos *et al.*, 2023).

A Agenda ODS 2030 demonstra o compromisso do Estado, da sociedade, de empresas privadas e das Nações Unidas para a promoção da transformação social, ambiental e econômica por meio de redes de interações e mudanças de condutas, ao utilizar da sustentabilidade como um balizador de qualidade de vida para o futuro próspero. Assim, os ODS têm um propósito de buscar respostas sistêmicas inter-relacionadas em âmbito global, de maneira sustentável, para questões que envolvem desigualdade, extrema pobreza, padrões de consumo insustentáveis e degradação ambiental (Gil, 2018; Serafim e Leite, 2021).

Sob o aspecto de conseguir respostas sistêmicas para problemas inter-relacionados traçados para o alcance da sustentabilidade, surge a utilização da *Network Theory* (Teoria de Redes) que indica como elementos podem ser

conectados, ligados por nós, ao utilizar caminhos ou conexões a partir de interações dinâmicas. Nesta esteira de pensamento, as verificações cruzadas podem ser identificadas a partir do cumprimento de um ODS específico, ao possibilitar interações entre metas (Le Blanc, 2015; Griggs *et al.*, 2014).

Nesse sentido, ao utilizar a Teoria de Redes para verificar ligações sistêmicas entre os objetivos traçados para a Agenda 2030, pode-se identificar que os ODS estão inter-relacionados e apresentam transversalidade no conteúdo abordado, como uma rede de objetivos conectados. Le Blanc (2015) identifica que os ODS podem ser utilizados como uma rede associada por elos entre o alvo dos objetivos propostos e o cumprimento de suas metas.

A utilização da governança pode ser vista como um processo de integração para o desenvolvimento sustentável ao desempenhar o papel de auxiliar a gestão das organizações para o cumprimento de missões institucionais, sendo utilizada como facilitadora de estratégias e considerada como crucial para a obtenção dos objetivos sustentáveis (Oliveira, 2018; Zanchin *et al.*, 2023). Araújo (2020) aborda sobre a importância da governança para o sucesso do desenvolvimento sustentável, sendo apontada por estudiosos e referenciada em debates sociais no processo de negociação da Agenda 2030.

No setor público, a governança colabora para que a condução dos objetivos dos governos esteja alinhada em benefício dos interesses coletivos e para gerar valor público para a sociedade. A governança utiliza de seu mecanismo para o estabelecimento de metas (Young, 2017; Araújo, 2020), além de instituir processos de interação contínua entre diversos atores, naturezas e interesses diferentes com a intenção de conduzir normas comportamentais (Araújo, 2020).

Nesse ínterim, as práticas da governança para o setor público envolvem a criação de contextos favoráveis para entrega de resultados aos cidadãos, com sustentabilidade (TCU, 2020). A gestão pública exerce a função de elaborar políticas públicas e métodos de governança (Lorenzoni e Benson, 2014; Ortas *et al.*, 2018; Zanchin *et al.*, 2023) que auxiliem no desenvolvimento sustentável.

Ademais, o desafio de cumprir a Agenda 2030 leva em consideração que recursos financeiros são limitados diante da escassez existente. Esse contexto aborda desafios aos estudiosos da gestão financeira pública (Bebbington e Unerman, 2018; Kaur e Lodhia, 2019; Matos *et al.*, 2023).

Sob esse aspecto, o relatório divulgado pelas Nações Unidas (ONU, 2022), abordou a indicação de necessidade de aumentar o financiamento público para investimento de prioridades de políticas, com gasto efetivo de recursos para que sejam mobilizados para o cumprimento dos ODS. A eficácia da alocação de recursos públicos deve ser considerada na promoção do bem-estar social (Ramos e Schabbach, 2012) e, com isso, percebe-se a necessidade de otimizar recursos para que exista um controle sustentável das despesas públicas.

Assim sendo, os instrumentos de planejamento governamental estabelecem diretrizes e metas para o cumprimento de políticas públicas, por determinado período, após a identificação de problemas e necessidades sociais, ambientais e econômicas existentes. A Administração Pública ocupa um papel fundamental na regulamentação, no planejamento e na distribuição de recursos públicos para manter o bem-estar social (Zanchin *et al.*, 2023). No Brasil, os instrumentos de planejamento governamental são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), os quais possuem períodos distintos para vigência e execução, conforme dispostos na Carta Magna brasileira.

A partir disso, o PPA consiste em um planejamento estratégico governamental de médio prazo que define diretrizes, objetivos e metas para que a Administração Pública execute suas políticas públicas. Santos e Raupp (2015) abordam que uma das funções de controle do governo é a avaliação do cumprimento das metas prevista no PPA, bem como a execução dos programas pelas entidades.

O PPA é vislumbrado como o principal instrumento formal de planejamento do país (Barcelos, 2012; Couto e Cardoso Junior, 2020), e deve ser estruturado com programas e metas sistematizadas que permitam avaliar o cumprimento de políticas públicas. Nesse sentido, estudos de Bracci *et al.* (2021) e Matos *et al.* (2023) abordam sobre a necessidade de planejamento e avaliação das despesas pelo governo, bem como repensar no processo orçamental, para que seja possível reportar, medir cuidadosamente e realizar a divulgação do valor público.

Assim, o orçamento público pode ser visto como um instrumento que possibilita a coordenação de estratégias para promoção do desenvolvimento de organizações. Por meio da evidenciação de programas de trabalho, o orçamento pode ser utilizado como o instrumento que define os recursos para a execução de políticas públicas, ao fornecer informações para a tomada de decisões, sendo

identificado como mecanismo que é capaz de tornar as ações governamentais reais (Abreu e Câmara, 2015).

Desde o PPA 2016-2019 tem-se feito o trabalho de inclusão e compatibilização com a Agenda 2030 organizada pelas Nações Unidas, com o desenvolvimento de abordagens do PPA sobre classificadores temáticos das ações com funções que permitam a integração dos ODS e facilitam a prestação de contas e transparências dos atos (Couto e Cardoso Junior, 2020).

Observando a disposição da Agenda 2030, percebe-se a necessidade de alinhamento ao ser realizado o planejamento dos instrumentos governamentais para o cumprimento dos ODS pela Administração Pública, para que seja possível o alcance da proposta da ONU para a Agenda 2030. A realização do alinhamento entre o PPA e as metas para alcance dos ODS possibilita a construção de base de dados que permite uma visualização extensiva dos resultados gerados para um futuro mais sustentável (Moura *et al.*, 2020).

O PPA relaciona-se com as finanças, com o controle sobre os gastos públicos e com a gestão que desempenha os papéis de coordenação das atividades desenvolvidas para o alcance de diretrizes. Neste ínterim, as ações governamentais podem ser visualizadas como elos entre a execução da LOA e a disposição do PPA, permitindo a integração do planejamento com a avaliação dos resultados em relação às funções direcionadas para o alcance dos objetivos das políticas públicas (Couto e Cardoso Junior, 2020).

Sob esse prisma, a utilização do orçamento serve para direcionar o cumprimento de metas previstas no PPA e, com isso, pode ser utilizado como orientador para o alcance dos ODS. Moura *et al.* (2020) abordam que quando os instrumentos de planejamento são realizados de maneira harmonizada aos ODS, torna-se possível a mensuração de ações que contribuam para o alcance dos objetivos, por meio de acompanhamento sistemático dos resultados.

O alinhamento de ações para o desenvolvimento sustentável deve observar procedimentos transparentes, além de fornecer informações mais completas, com o intuito de fortalecer a capacidade dos países gerenciarem seus riscos, e utilizarem bem seus recursos (ONU, 2022). Assim sendo, as informações relacionadas ao gasto público devem ser transparentes e eficazes. A informação contábil no setor público deve ser melhorada e esta questão é enfatizada pela literatura (Bezerra Filho e Feijó, 2012; Mendes e Costa, 2022).

Políticas públicas são estabelecidas pelos governos para contemplar demandas sociais, por meio de programas e ações definidos pela oferta de bens e serviços voltada ao coletivo, para promover crescimento e desenvolvimento econômico. Secchi (2014) aborda que uma política pública é uma diretriz desenvolvida para enfrentar um problema público. Por meio do programa, a política pública passa a ser executada e os recursos alocados são transformados em ações capazes de mudar a realidade (Jannuzzi, 2011). Dessa forma, programas são desenvolvidos pela gestão governamental para realização de ações que buscam enfrentar um problema público.

A melhoria da educação envolve uma política que atua diretamente no processo de desenvolvimento no mundo contemporâneo, além de ser um objetivo específico do desenvolvimento sustentável. Baldacci *et al.* (2003) abordam que programas sociais como a educação influenciam no desenvolvimento humano, e espera-se que essas despesas governamentais reflitam os melhores resultados sociais.

Dentre os 17 ODS, o objetivo número 4 prevê a educação de qualidade como uma demanda a ser cumprida para a Agenda 2030. O desenvolvimento de uma educação de qualidade pode ser considerado um fenômeno complexo ao envolver perspectivas associadas ao tema. De acordo com o Boletim da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) [2023], a educação de qualidade, para a OCDE, envolve relação entre insumos-processos-resultados. Esse entendimento, também, pode ser identificado pelo desempenho dos estudantes.

Diante disso, é fundamental atentar para a atividade educacional, ao considerar a importância social, política, econômica e cultural que a educação alcança por meio dos serviços oferecidos à sociedade.

Neste contexto, os Institutos Federais de Educação (IF) desempenham um papel crucial ao disponibilizar o ensino profissional e tecnológico no Brasil. Esses órgãos representam importantes instituições de promoção de ensino, pesquisa e extensão e possuem autonomia na gestão de seus recursos, respeitando os parâmetros legais estabelecidos (Barros *et al.*, 2021). Dada a característica do serviço prestado pelos IF, espera-se que exista uma utilização otimizada da política educacional para o compromisso com o social e com promoção de educação de qualidade.

1.1 PROBLEMÁTICA

A falta de orientação metodológica sobre a utilização de dados orçamentários que promovam o cumprimento transversal de metas dos ODS evidencia uma questão complexa ao considerar a temática que o gasto público deve ser eficiente ao viabilizar o alcance do desenvolvimento sustentável. Cavalcante (2019) aborda em seu estudo sobre a ausência de procedimentos metodológicos que orientem a localização dos ODS, e isso se torna um fator para adequação e compatibilização efetiva de cumprimento da Agenda.

Diante do pouco tempo que resta para desenvolver ações efetivas e colaborativas para o compromisso do pacto global em 2015, práticas de compartilhamento de metodologias de sucesso são pouco divulgadas para que instituições possam se espelhar na adoção de práticas sustentáveis. Entretanto, Pedrosa (2017) indica que existiu aumento na tendência de utilização do processo de planejamento governamental com relação aos ODS estabelecidos pelas Nações Unidas.

Considerando o tema, percebe-se a necessidade de identificar como as organizações estão se empenhando em atingir as metas dos ODS. Como o Brasil faz parte da cúpula que delineou a Agenda 2030, observa-se sua responsabilidade em orientar como as organizações devem canalizar seus recursos para promover o alcance do desenvolvimento sustentável (Araújo, 2023).

Ainda a respeito do abordado, observa-se a necessidade de transparência e disponibilização de relatórios objetivos para o acompanhamento de gastos para o atendimento de políticas e o cumprimento de acordos internacionais em prol da sustentabilidade, como alvo de orientações da governança pública. Barros *et al.* (2021) ressaltam sobre a importância de análise sobre a transparência dos IF na divulgação de práticas sustentáveis. A cobrança por dados objetivos, diretos e de fácil compreensão tem acontecido com maior frequência, a partir da observância de *accountability*.

Diante disso, ao observar a atuação da governança orçamentária como um instrumento que serve para orientar para otimização de recursos, verifica-se a necessidade de documentos direcionadores para o cumprimento de metas ODS a partir da melhor destinação de recursos.

No Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão de controle externo responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados por organizações públicas, para a execução orçamentária e financeira, além de fomentar a governança com o intuito de buscar o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade.

A partir dessa atribuição, o TCU elaborou o Referencial Básico de Governança Organizacional (RBGO) como um modelo direcionado para o estabelecimento de boas práticas de governança para a Administração Pública. Entretanto, salienta-se que não há neste referencial indicação de procedimentos que contribuam para o cumprimento dos ODS.

Sob o enfoque do cumprimento do pacto em prol da Agenda 2030, observa-se carência de estudos que sejam voltados para a promoção dos ODS e utilização de instituições de ensino como instrumentos fundamentais para fomentar a conscientização e a inspiração para busca de prosperidade. De acordo com a pesquisa realizada por Reis *et al.* (2015) o nível de educação tem uma forte relação com a transparência e com o cumprimento de ações sustentáveis, uma vez que populações mais educadas têm maiores capacidades de cobrança do governo ao acessar os dados disponibilizados e interpretá-los.

Nesse aspecto, o papel de instituições de ensino vai além de transmissão de conteúdos direcionados para a educação formal, estando intimamente ligado à transformação social do indivíduo, com dever de promoção da cidadania e estímulo do pensamento histórico crítico para a incessante busca de posicionamento perante as questões que envolvem a melhoria em prol da sociedade. Baseado nos objetivos propostos para a implementação da Agenda 2030, Serafim (2019) questiona como será o cenário da educação superior em 2030, e faz considerações sobre a necessidade de prosperar no contexto social, tecnológico, econômico, político e ambiental, presumindo que o cenário será diferente do atual.

Diante disso, este estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: “Como ocorre o cumprimento do ODS 4 – Educação de qualidade, a partir da execução orçamentária dos Institutos Federais?”.

1.2 OBJETIVOS

Para responder a questão de pesquisa proposta neste trabalho, foi delineado um objetivo geral e três objetivos específicos que direcionaram os caminhos percorridos para a realização da análise.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o possível cumprimento do ODS 4 – Educação de qualidade, a partir da execução orçamentária dos Institutos Federais de Educação do Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, foram propostos os objetivos específicos:

- Identificar técnicas de classificação dos ODS a partir do orçamento no setor público brasileiro.
- Definir um modelo de classificação dos ODS a partir do gasto público.
- Aplicar a técnica pesquisada ao orçamento dos IF.

1.3 JUSTIFICATIVA

É urgente a adoção de medidas para alcançar a Agenda 2030. O cumprimento de ações que promovam o desenvolvimento sustentável é essencial para que a população mundial possa desfrutar de um futuro próspero, ao considerar o curto período que resta para realização de ações concretas sobre o compromisso firmado para o alcance dos ODS, com o intuito de crescimento econômico, social e ambiental.

Por isso, ao refletir sobre a temática dos ODS em busca de progresso, percebe-se a necessidade de adoção de práticas sustentáveis, com medidas que possam ser atingidas dentro do prazo estabelecido, e que possam evidenciar o gerenciamento de recursos de maneira eficiente.

Nesse sentido, a governança pode ser utilizada para conduzir ações que sejam direcionadas para o alcance dos ODS, com a observância da

responsabilização social dos diversos atores capazes de dar cumprimento ao pacto global para a Agenda 2030. Conforme Mendes (2021) deve existir um engajamento completo, ao aliar as práticas e atuações sustentáveis e suas demonstrações para a sociedade e para os usuários do serviço público.

Vale a pena considerar que para que aconteça o cumprimento dos ODS, é necessário viabilizar o planejamento das ações, o montante que será utilizado para alcance das metas, além da disponibilização de recursos. Com coordenação das ações do governo, o planejamento orçamentário identifica as políticas públicas e as prioridades de gastos que devem ser realizadas para cumprimento das metas instituídas pelo PPA. A LOA caracteriza a execução prática das prioridades (Sousa, 2008) e possibilita a composição da escolha de funções alocativas a curto prazo (Couto e Cardoso Junior, 2020).

Assim, existe a necessidade de verificação de adequação do governo para priorização de ações que envolvam metas para auxiliar no cumprimento dos ODS, uma vez que os recursos são escassos. O papel central do gasto público envolve a perspectiva da produção social do governo (Matos *et al.*, 2023).

Estudos anteriores abordaram a temática do ODS e a verificação do gasto público para possibilitar seu alcance. Podem ser citados os trabalhos de Matos *et al.* (2023) com a identificação da eficácia da despesa pública municipal ao relacionar diferentes áreas de políticas públicas e seus resultados e impactos para o cumprimento dos ODS. Cavalcante (2019) apresentou proposta de metodologia com identificação de ações previstas no PPA a partir dos ODS. A pesquisa de Cezar (2023) aborda como a Agenda Ambiental da Administração Pública pode integrar os ODS. Oliveira (2019) apresenta comparações para a concepção de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e da iniciativa das cidades emergentes sustentáveis, do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O estudo de Ramiro (2021) apontou como os programas do PPA para o período entre 2016 a 2019 foram direcionados à implementação de pelo menos um ODS.

O estudo de Matos *et al.* (2023) objetivou medir a eficácia da despesa pública local a partir dos ODS. A análise do planejamento municipal de São Sebastião/SP sob a ótica do desenvolvimento sustentável foi feita por Garbin (2023), enquanto a análise dos ODS baseada no plano de metas do município de Barueri/SP foi feita por Santos *et al.* (2022). Por fim, a análise de incorporação da Agenda 2030 pelos governos estaduais foi realizada por Moura *et al.* (2020). Sob o aspecto da

governança, o estudo de Machado e Quiraque (2023) trouxe a relação entre o nível de governança e a geração de valor público em instituições de ensino, a partir de investigação em universidades federais.

A partir do exposto, pode-se considerar o aspecto da execução orçamentária como uma ferramenta importante para análise de resultado das políticas públicas. Nessa abordagem, vincular os gastos públicos à Agenda 2030 representa uma abordagem promissora para avaliar se a alocação de recursos pode contribuir para a geração de valor público, ao impactar a vida dos cidadãos (Matos *et al.*, 2023).

O objetivo traçado no ODS 4 - Educação de qualidade, é direcionado para política de serviços educacionais, com o intuito de promover ações de melhoria na qualidade da informação, com o desempenho da qualidade da educação oferecida, para refletir nas necessidades e demandas sociais com disseminação de informação, produção de conhecimento de maneira equitativa para todos. Oliveira e Araújo (2005) afirmam que uma das maneiras de definir as noções para a qualidade da educação é através dos indicadores utilizados para aferi-la.

Com isso, a verificação de ações voltadas para políticas educacionais, que possibilitem a execução de uma rede de metas integradas com monitoramento de captação de recursos, pode proporcionar uma maior efetividade do gasto público. Le Blanc (2015) aborda que os objetivos e metas propostos pelos ODS devem ser vislumbrados como uma rede, a partir de ligações existentes por meio de alvos entre os múltiplos objetivos. Observar várias metas de objetivos distintos, relacionando-os pode fornecer *insights* críticos quanto à viabilidade e a forma de alcançar objetivos específicos (Le Blanc, 2015).

Diante da identificação dessa rede transversal, o orçamento pode servir como instrumento de análise para o cumprimento das metas institucionais e suas prioridades, de acordo com a realidade. Além disso, realizar o mapeamento dos instrumentos de planejamento e do orçamento possibilita que seja identificada a direção da política educacional, bem como seu compromisso com os ODS, a partir da análise da disposição dos recursos e de sua determinação para o alcance dos resultados, uma vez que é interesse de todos que os recursos públicos estejam alocados corretamente (Silva e Costa, 2019).

Com isso, a governança pode auxiliar a gestão na revisão sistemática de planos e orçamentos para identificar quais ações são mais relevantes para o

desenvolvimento da finalidade institucional, e como utilizar a rede de metas relacionadas para o cumprimento do desenvolvimento sustentável.

Baseado no exposto, esta pesquisa discute sobre o cumprimento do ODS 4, que identifica a Educação de Qualidade, ao utilizar o ensino profissional e tecnológico da rede federal brasileira. Sob a perspectiva de abordar a governança, discute-se sua capacidade de auxiliar a gestão das organizações públicas, a partir da identificação da efetividade da influência-mútua entre despesas públicas, como elementos de uma rede, que de maneira objetiva possam dar cumprimento às metas estabelecidas para os ODS, a partir dos gastos direcionados para promover educação de qualidade.

Diante disso, a presente pesquisa abre a perspectiva de utilização de informações orçamentárias como ferramenta para verificar o cumprimento dos ODS por diversos órgãos. A aplicação dessa abordagem visa identificar uma maneira de execução de políticas públicas e sua contribuição para o alcance da Agenda 2030.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A realização desta pesquisa envolve um estudo sobre a governança pública como facilitadora de estratégia organizacional, ao propor a utilização das ações orçamentárias como forma de identificar o cumprimento dos ODS da Agenda 2030 pelos IF do Brasil.

Sob o aspecto da administração pública, percebe-se que a ação orçamentária é o principal classificador do orçamento público federal (MTO, 2024). Ao considerar a transparência que deve existir para a execução de despesas públicas, torna-se imprescindível o conhecimento das ações orçamentárias para a compreensão da atuação do governo.

A identificação da ação possibilita que a sociedade conheça a finalidade da atividade pública e o gasto realizado de acordo com o estabelecido na LOA, ao relacionar que a ação indica a execução de operações das quais resultam os produtos, sendo discriminados em bens ou serviços.

Nesse sentido, a pesquisa discutiu sobre os ODS, e a identificação do cumprimento do ODS 4 - Educação de qualidade, ao utilizar as ações orçamentárias voltadas para a rede de educação profissional tecnológica. De maneira complementar, buscou-se a identificação da alocação de recursos, e a verificação da

possibilidade de atingir objetivos transversais para ODS distintos, a partir da ideia da Teoria de Redes.

Contudo, a realização desta pesquisa não prevê o esgotamento do tema, mas sim contribuir para a percepção da importância em desenvolver pesquisas sobre os ODS e identificar os esforços de recursos públicos para proporcionar o alcance do desenvolvimento sustentável.

1.5 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Tendo como análise principal o alinhamento de objetivos que contribuem para o desenvolvimento sustentável, as contribuições teóricas deste trabalho possibilitam uma melhor compreensão sobre a utilização de uma rede interorganizacional, que utiliza a governança como processo de coordenação de atividades para garantir a efetividade de resultados.

A pesquisa demonstra de maneira empírica relações entre modelo de governança proposto para organizações do setor público brasileiro, como forma de cumprimento pelos IF. Por meio da análise, verificou-se a otimização de recursos, de acordo com utilização de práticas sustentáveis para a garantia da Agenda 2030 e a promoção da educação de qualidade.

As principais contribuições práticas buscaram evidenciar como as organizações públicas podem utilizar de suas funções essenciais para promover o desenvolvimento sustentável, ao buscar a eficiência da gestão pública. Silva e Bahia (2019) abordam que IF são instituições públicas e precisam ter o comprometimento para a promoção da sustentabilidade. Essa perspectiva atende a otimização de gastos pelo financiamento público para promoção de desenvolvimento sustentável, além de contribuir com informações sobre o cumprimento da Agenda 2030 pelos IF, com a perspectiva de controle social.

Além disso, podem-se considerar contribuições ao universo profissional ao propor método de classificação que evidencie o cumprimento dos ODS a partir da execução orçamentária dos IF, como maneira de gerenciar os recursos de modo eficiente, sob a perspectiva do alcance da Agenda 2030.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção foram apresentados conceitos e definições para o tema proposto, ao abordar teorias que fundamentam a governança pública e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir da Teoria de Redes, da gestão e da execução orçamentária realizadas no setor público federal, além de tratar da educação de qualidade no contexto dos Institutos Federais.

2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A governança pode ser visualizada como um elemento que traduz a democracia ao utilizar dos princípios da transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa. Práticas de governança corporativa contribuíram para a consolidação de princípios básicos de governança na administração pública, que estão sendo compartilhados mundialmente (Oliveira, Souza e Santana, 2023).

No setor público, a governança surge como instrumento capaz de viabilizar a participação da sociedade civil em decisões governamentais, sendo aliada do governo na formulação e implementação de políticas públicas, ao utilizar mais transparência e eficiência na oferta de serviços públicos. Segundo defendido por Matias-Pereira (2010), a governança pública deve ser pautada nos seguintes princípios: relações éticas, conformidade, transparência e prestação de contas. Nardes, Altounian e Vieira (2018) abordam a governança pública como a capacidade que o Estado possui de entregar os produtos e serviços à população, de acordo com suas necessidades prioritárias.

Assim, a implementação da governança em âmbito público envolve a utilização de vários atores integrados, para garantir que a ação realizada por entes públicos esteja alinhada aos interesses da sociedade. Tavares (2009) aborda que no setor público, a governança surge como mediadora de conflitos entre agente (Estado) e principal (sociedade), para garantir que a finalidade pública seja mantida para o interesse da sociedade.

A definição do objetivo de ações governamentais exige planejamento e estudo de viabilidade de políticas que cumpram a função do Estado em direcionar medidas para resolução de problemas. O processo de governo realizado pela administração pública depende de entendimentos entre necessidades específicas da sociedade e

dos representantes para cumprir as demandas identificadas, para que os problemas sejam resolvidos (Triantafillou, 2020).

Segundo Secchi (2014) estabelecer políticas públicas ocorre a partir do desenvolvimento de objetivos por diversos atores relacionados ao processo de preparar o governo, em busca de resultados. O acompanhamento de ações e iniciativas tem sido realizado para evidenciar as medidas que os órgãos governamentais estão tomando para o desenvolvimento da Agenda ODS 2030, ao ser necessária a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (Pizzi *et al.*, 2020).

A governança, ao ser utilizada para auxiliar decisões governamentais, embasa-se de estratégias para definição de planejamento, execução, controle e avaliação das ações para o alcance dos objetivos estabelecidos. A governança afeta o desenvolvimento sustentável de maneira positiva (Bulkeley *et al.*, 2016), ao pautar-se em princípios e elementos que possibilitam o controle dos recursos para atingir a eficiência do serviço público. Segundo a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), o modelo de governança brasileiro foi reconhecido em âmbito internacional como instância de diálogo e participação entre poder público e sociedade civil para viabilizar a popularização da Agenda 2030 (Moura *et al.*, 2020).

Diante da diversidade de ações que o governo precisa definir para assegurar o fornecimento de serviços públicos, além de garantir o bem-estar social, é necessária uma boa definição de estratégias para o desenvolvimento econômico que sustente o cumprimento das funções essenciais ao interesse público, ao projetar *accountability*, transparência, na tentativa de reduzir as assimetrias de informações. Realizar o fortalecimento da governança pode servir de instrumento para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente (Silva e Costa, 2019). Akutsu (2005) aborda que a administração pública precisa demonstrar que agiu com economia, eficiência e honestidade, sendo essa a essência da relação entre transparência e *accountability*.

Ao considerar que a governança pública opera enquanto instrumento que acompanha a execução dos serviços públicos em prol da coletividade, pode-se vislumbrar sua utilização para o cumprimento dos ODS, tendo em vista a importância de uma boa gestão dos recursos e a obrigatoriedade de realizar prestação de contas

à sociedade (Costa *et al.*, 2018). Quirino (2011) afirma que os recursos destinados às diferentes políticas públicas estão relacionados no orçamento público.

Neste sentido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [2015] formulou o conceito de governança orçamentária com a indicação de que o processo de elaboração do orçamento anual e sua fiscalização devem estar alinhados com princípios públicos e boas práticas, ao referenciar integridade, objetivos estratégicos, dados abertos e a promoção da confiança entre o governo e os cidadãos (Santos, 2021).

A utilização do PPA como fonte de observação e principal instrumento governamental (Moura *et al.*, 2020) permite uma análise para verificar a indicação de ações que permitam o alcance dos objetivos traçados na Agenda 2030.

A utilização da governança pela gestão das organizações pode facilitar a criação de estratégias para o alcance dos ODS. Algumas organizações têm buscado a elaboração de orientadores para guiar os entes no processo de implementação dos ODS. Neste sentido, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) elaborou um guia com sistematização de passos para auxiliar os municípios na adoção de práticas incorporadoras dos ODS aos atos de gestão municipal (Moura *et al.*, 2020).

Essa orientação fornecida pela CNM oferece a possibilidade de incorporação de estratégias para o alcance dos ODS, por meio de sete passos. Eles indicam a ideia traçada, o levantamento da situação em relação aos ODS, a identificação das reais necessidades e definição de prioridades, a preparação dos instrumentos de planejamento e gestão orçamentária, o estabelecimento de estratégias para implementação e a busca por parcerias, além da construção de mecanismos de governança, como monitoramento e avaliação do planejado para um acompanhamento das estratégias (CNM, 2017).

Vale a pena ponderar que para que aconteça o cumprimento dos ODS é necessário viabilizar o planejamento das ações, o montante que será utilizado para alcance das metas, além da disponibilização de recursos. Bezerra Filho e Feijó (2012) abordam que no plano estratégico as atividades relacionadas à gestão devem associar boas práticas de governança, com constante aperfeiçoamento de sistemas organizacionais, como sistemas de planejamento e de orçamento. Assim, a execução orçamentária pode ser considerada como uma ferramenta importante para o desempenho das políticas públicas.

A utilização do orçamento como artefato que promove impacto sobre as decisões dos gestores públicos, em conformidade com as normas vigentes (Covaleski *et al.*, 2003; Frezatti *et al.*, 2013) reflete as demandas sociais corriqueiras e sua otimização permite uma melhor alocação dos recursos, devido a escassez de recursos públicos e sua disponibilidade para atender todas as situações.

De acordo com Bezerra Filho (2000) o orçamento público constitui uma ferramenta legal de planejamento dos entes, que dentre seus objetivos encontra-se a execução de programas e ações vinculados às políticas públicas. Nesse sentido, o acompanhamento de gastos e os investimentos em áreas de interesse coletiva podem ser melhor visualizados pela sociedade, a partir da disponibilização de dados orçamentários.

A gestão orçamentária da administração pública deve observar o efeito das despesas em relação aos objetivos programados (Santos *et al.*, 2017; Abreu, 2009). Sob esse ponto, a transparência dada ao orçamento executado por organizações públicas caracteriza importante instrumento de acompanhamento dos gastos, com a indicação da origem dos recursos e seus destinos.

Ao abordar a execução orçamentária, a ação pode ser entendida como o que será desenvolvido para proporcionar o alcance de programas, considerando que o programa envolve o que pretende ser alcançado com a política pública. A execução orçamentária permite que seja realizada uma análise consistente da eficácia das políticas, ao refletir na eficiência e eficácia dos gastos públicos (Salles e Grassi, 2018).

Sob esse aspecto, o produto de uma ação deve visar à concretização dos objetivos pretendidos, enquanto que o conjunto dos produtos de determinadas ações viabiliza a execução do objetivo e o cumprimento da meta estabelecida para um programa finalístico, ao ser mensurado por um indicador de resultado (MTO, 2024). A articulação entre as ações e observância de indicadores possibilita o acompanhamento das ações no sentido de direcionar os impactos esperados para a estratégia traçada. Guimarães e Feichas (2009) relacionam que para que os indicadores sirvam como ferramentas para promoção de mudanças, ao considerar que a realidade não é estática, devem medir dimensões diferentes, envolver a sociedade na definição do processo de desenvolvimento, comunicar tendências e apoiar no processo de decisões.

O alinhamento das ações governamentais busca atingir o objetivo das políticas públicas traçadas pelo governo, ao desenvolver programas para o atendimento de demandas sociais, econômicas e ambientais, que integradas buscam o cumprimento dos ODS. A otimização da gestão dos recursos públicos e a utilização do princípio da transparência visam sempre à eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais, com o objetivo de garantir informações contábeis de qualidade (Bezerra e Feijó, 2012).

Sendo assim, os mecanismos de gestão orçamentária envolvem relações entre o orçamento público e práticas de sustentabilidade, ao abordar a escassez da disponibilidade de recursos e a devida avaliação do objeto de destino (Lima, 2017). Couto e Cardoso Junior (2020) abordam em suas pesquisas que os vários elementos da governança orçamentária possibilitam a geração de impacto nas decisões alocativas de curto prazo das organizações, ao considerar todos os seus instrumentos, interesses e atores, para que o PPA possa cumprir sua missão. Santos (2021) aborda sobre as dimensões que a governança orçamentária pode adentrar ao citar a *accountability* como uma gestão consciente do desempenho orçamentário, ao abordar o planejamento, a integridade e a qualidade, a transparência, sobre o foco dos dados abertos, além das estratégias das políticas públicas para o desenvolvimento do processo orçamentário.

2.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Constantes debates e discussões políticas, acadêmicas e sociais marcaram uma preocupação mundial em busca de mudanças de comportamento e perspectivas para melhores condições para ocupação na Terra diante de desastres naturais, catástrofes e desigualdades socioeconômicas existentes que o mundo tem vivido ultimamente.

O documento intitulado "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" estabeleceu 17 objetivos a serem alcançados em 15 anos, ao envolver uma parceria mundial para busca do alcance das metas até 2030, com o compromisso dos governos, da sociedade, do setor privado, da mídia, da academia e da ONU, em busca de prosperidade para as pessoas e para o planeta. Camillo (2020) afirma que os 17 objetivos foram alinhados a todas as áreas

de desenvolvimento humano no mundo, e demonstram como a Agenda 2030 se caracteriza como plural, expressiva e integrada.

A proposta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovada na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no ano de 2015, constitui um importante instrumento de ação transformadora em busca de qualidade de vida, a partir da determinação de 169 metas específicas para serem conquistadas até 2030, voltadas para o desenvolvimento econômico, ambiental e social, redução das desigualdades e da pobreza e de melhores condições das pessoas com promoção à integração dos direitos humanos. Segundo Menezes (2019) o documento aprovado apresenta uma extensa quantidade de temas relevantes para condução de transformação social, ao exigir uma ampla e profunda mobilização global para alcançar o desenvolvimento.

A descrição dos 17 objetivos específicos a partir do estabelecimento dos ODS pode ser visualizada no Quadro 1.

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

ODS	Descrição
ODS 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
ODS 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
ODS 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem a longo da vida para todos
ODS 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
ODS 6	Garantir sustentabilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
ODS 7	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos
ODS 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
ODS 9	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação

ODS 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
ODS 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
ODS 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
ODS 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e
ODS 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Agenda ODS (ONU, 2015)

A importância de estabelecer objetivos para promover o desenvolvimento sustentável está relacionada ao compromisso que toda sociedade deve ter para proporcionar melhores condições de vida a todos. Feil e Schreiber (2017) indicam que o desenvolvimento sustentável não é realizado como uma proposta pronta para resolução de problemas de escassez, ambientais e sociais, e sim o envolvimento de mudanças de comportamento da humanidade.

O desenvolvimento sustentável acontece por meio de bom senso de planejamento e de organização, para que os objetivos sejam atingidos (Bulkeley *et al.*, 2016). Le Blanc (2015) aborda que os ODS parecem estar mais conectados entre si do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foram seus antecessores.

O crescimento sustentável e a prosperidade para a população estão entre as perspectivas que os eixos temáticos dos ODS estabelecem. Menezes (2019) afirma que os 17 objetivos foram traçados em caráter integral e indivisível, uma vez que se complementam e se reforçam mutuamente de maneira total. Se cumpridos de maneira correta, com a colaboração de todos, os ODS permitirão uma mudança efetiva e uma melhor qualidade de vida na forma como as relações são tratadas com o meio ambiente, a desigualdade social e o desenvolvimento econômico.

Os ODS foram estruturados em meio a eixos que direcionam as ações traçadas para atingir o desenvolvimento sustentável no âmbito social, ambiental e econômico. Esses eixos foram denominados de “5 Ps da Sustentabilidade”, por fazerem referência a ações voltadas para: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. O estabelecimento dos ODS enfatiza a necessidade de estabelecer relação de colaboração entre os eixos e seus respectivos segmentos como condição essencial para atingir o desenvolvimento sustentável (Menezes, 2019).

Para conseguir lograr êxito na concretização dos objetivos traçados, estratégias precisam ser traçadas para realizar acompanhamento e revisão das ações implementadas por cada organismo, além da promoção para uma maior quantidade de adesão pelas mais diversas instituições, entidades públicas e privadas, entidades não governamentais e sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas promovidas pelos governos devem ser capazes de estimular os mais diversos públicos com estratégias possíveis de serem realizadas e comuns a todos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) lidera o desenvolvimento de um plano de ação global, com atribuições de orientar as atividades desenvolvidas em âmbito internacional e orientar os países para alcançar as metas. Paralelo a isso, os governos locais fazem suas projeções para alcançar as metas desenvolvidas, promovem políticas públicas e direcionam estratégias para promover o dinamismo e a adesão de todos. Dessa forma, a administração pública deve estar alinhada para o estabelecimento dos ODS, ao prever progressos para a adequação das atividades e conquista de metas progressivas com a realização de ações em busca do desenvolvimento sustentável.

2.3. COMPROMISSO DO GOVERNO BRASILEIRO PARA ATINGIR OS ODS 2030

Em 2017 o governo brasileiro publicou o primeiro Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como indicação de resultado para o esforço realizado pelo Brasil para cumprimento dos ODS para a Agenda 2030. O referido relatório dispõe de dados para prestação de contas das medidas adotadas pelo governo aos brasileiros. No relatório foi indicado que o governo adotou o modelo participativo dos entes federativos, ao envolver as esferas municipais, estaduais e federais, além da participação social, para o desenvolvimento das ações planejadas. O documento também apresentou um

diagnóstico com desafios e dificuldades que têm sido consideradas para o alcance das metas estabelecidas para o alcance da Agenda. Identificar a relevância dos ODS e aproximar a pauta ao contexto nacional significa que o país busca enfrentar os desafios, criando suas próprias metas e indicadores a partir de suas ações e políticas (Meuleman e Niestroy, 2015).

Como medidas para o cumprimento das metas previstas e implementação de bom desenvolvimento sustentável, o relatório indicou que em 2016 houve a criação da CNODS, como uma medida essencial para o alcance dos ODS no Brasil.

O relatório afirmou que o Brasil tem buscado esforços e caminhos para atingir os ODS. Diante disso, as Nações Unidas se manifestaram com apoio sobre a efetivação de medidas pelo país, mas reconheceram que as medidas devem prever a disponibilização de dados e definição de indicadores para que possa ser conferido o progresso das metas.

Sob esse aspecto, percebe-se a necessidade de transparência e prestação de contas como medida referenciada pelas Nações Unidas, para possibilitar o acompanhamento das metas planejadas em confronto com o alcance, por toda sociedade, como representação de *accountability*.

A governança nacional com difusão de transparência no processo de implementação das metas para a Agenda 2030, a adequação das metas globais para a realidade brasileira e a definição de indicadores nacionais para monitoramento dos resultados foram descritas como etapas essenciais para a conformidade e planejamento da realidade brasileira. A divulgação de informações que evidencia as práticas da sustentabilidade atende às solicitações da sociedade em busca de transparência, além de contribuir para a visibilidade do gasto público (Sobrinho *et al.*, 2022). Assim, a governança foi considerada como o principal mecanismo institucional para o alcance das metas definidas em busca da sustentabilidade.

Com isso, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional para os ODS, como uma instância responsável pela condução e pelo processo de articulação e mobilização entre os mais diversos atores, entes federativos e sociedade civil. Mobilizações entre a sociedade, órgãos de controle, poderes do Estado brasileiro deram origem a fóruns, debates, discussões para determinação de estratégias para a implementação das metas.

No ano de 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o documento “ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, com a indicação das metas que o governo brasileiro se compromete em cumprir para a Agenda 2030, além de sugerir indicadores que foram instituídos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A publicação desses documentos com criação de metas e indicadores é fruto da recomendação das Nações Unidas para possibilitar o cumprimento das metas pelo governo brasileiro, além de evidenciar a transparência que os dados governamentais de interesse público devem ter para proporcionar informação para toda sociedade.

Outra norma a ser considerada como estratégia do governo brasileiro para contemplar o desenvolvimento do país é o Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, estabelecido para o período de 2020 a 2031. O estabelecimento dessa normativa instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil com o objetivo de definir a visão em longo prazo, a considerar seus planejamentos, ações, cenários macroeconômicos, diretrizes, desafios, índices-chave e metas-alvo para os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Diante da identificação das necessidades coletivas, ações finalísticas devem ser mapeadas e relacionadas às metas dos ODS, para possibilitar o melhor cumprimento da ação estatal para o desenvolvimento sustentável. Ações que caminham no sentido de atender aos anseios da sociedade demonstram a importante contribuição para o crescimento e amadurecimento referente ao desenvolvimento sustentável (Silva, 2018).

Nesse sentido, diretrizes estão sendo planejadas para que o Brasil adeque suas ações e direcione seu planejamento estratégico a longo prazo para promover o desenvolvimento do país, de maneira sustentável, ao considerar táticas para o cumprimento do alcance dos ODS. Os 17 objetivos globais para atendimento dos ODS 2030 foram traduzidos sob o aspecto da determinação do governo brasileiro, de acordo com a instituição de suas políticas públicas. Esses objetivos podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil



Fonte: (ONU, 2015) – Brasil

Dos 17 ODS estabelecidos, o ODS 4 determina o objetivo de promover a educação de qualidade como uma perspectiva para o desenvolvimento sustentável. A educação enquanto instituição promotora de desenvolvimento tem um papel preponderante para disseminar conhecimento e conscientização das pessoas para o alcance dos objetivos traçados para a Agenda 2030, como ênfase em um bem estar coletivo por meio de políticas que prevejam a perspectiva de uma educação inclusiva, com redução de desigualdades.

De acordo com a UNESCO (2016), o desenvolvimento do ODS 4 e suas metas buscam um modelo de educação amplo, que em todas suas formas tem a capacidade de influenciar as escolhas das pessoas com o pensamento de criar sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

2.4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO CONTEXTO DE INSTITUTOS FEDERAIS

A educação exerce um papel fundamental para atingir um desenvolvimento sustentável e merece relevância para sua atuação em prol da Agenda 2030. Essa consideração é baseada na perspectiva de que a educação promove transformação e discernimento para alcançar os demais objetivos estabelecidos para o desenvolvimento sustentável, além de fornecer subsídios para que os indivíduos possam compreender a importância de desenvolver competências sociais. Segundo Zitzke (2002) a educação enriquece o desenvolvimento sustentável ao atuar como tradutora do conhecimento técnico e científico para compreensão de questões

ambientais, e que aprimora o pensamento crítico capaz de buscar transformações sociais.

A educação de qualidade permite que o cidadão tenha ampla perspectiva de mudança e integração na sociedade, com possibilidade de atuação no mercado de trabalho, ter reflexões sobre política e suas atuações, reivindicar direitos e fazer valer deveres, buscar informação e apoiar a melhoria do ensino, da cultura e do desenvolvimento humano. A educação de qualidade na concepção dos direitos humanos busca a afirmação da pessoa e o respeito pela sua dignidade (Lozano, 2018).

A falta de educação de qualidade ocasiona as desigualdades sociais nas mais diversas formas, incidindo desequilíbrios entre posição social, emprego, renda, gênero e formação escolar. A escola é um ambiente de aprendizagem e instituição provedora de serviços educacionais, e deve oferecer meios para desenvolvimento de habilidades e competências para formação de valores, preparação dos indivíduos para a cidadania e condução de comportamentos sociais para integração com a sociedade.

A educação está prevista como um direito fundamental social estabelecido a todos os cidadãos e possui previsão na Carta Magna brasileira, para que o Estado promova de maneira colaborativa com a sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Dessa maneira, políticas públicas que envolvam a educação podem ser vislumbradas como essenciais ao cumprimento do papel social do Estado.

Assim, a educação promovida por IF tem a perspectiva de ampliar oportunidades de capacitação para os estudantes, visto que são utilizadas técnicas de aprendizagem unidas às práticas de profissionalização, para promover aptidão ao emprego. O ensino profissional atende de maneira mais específica às necessidades reais de diferentes negócios, além da rápida formação e do ensino prático que os alunos são submetidos (Costa *et al.*, 2015). Conforme Mendes (2021), atividades desempenhadas por IF se destacam pelo papel estratégico que desenvolvem na formação de pessoas que são capazes de transformar a forma da sociedade pensar, além de serem grandes consumidores de recursos naturais, e de bens e serviços.

Segundo o portal institucional do Ministério da Educação (MEC), IF são instituições que promovem o acesso à educação de qualidade, ao ressaltar a valorização da educação e das instituições públicas, com a utilização de educação,

ciência e tecnologia enquanto aspectos das atuais políticas caracterizadas como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, que por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

2.5. TEORIA DE REDES

Sem possuir o intuito de esgotar o raciocínio sobre cada uma das abordagens que deram origem às relações sobre redes, mas apenas com o fim de elencá-las, será esboçado um breve contexto histórico. Provan *et al.* (2007) identificam que a literatura sobre redes é extensa, uma vez que os autores sustentam que as pesquisas sobre o tema ainda estão em desenvolvimento, e mencionam entendimentos distintos sobre as redes sociais e as redes organizacionais, além de indicarem suas contribuições para ciências de gestão estratégica, estrutura de negócios, comportamento organizacional, administração pública, dentre outros.

A contextualização geral da pesquisa em redes disciplina que existe um conjunto de atores que são conectados por um conjunto de laços, que podem ser definidos por nós, ao corresponder a equipes, pessoas, organizações (Borgatti e Foster, 2003).

O início da noção de redes pode ser atribuído a estudos matemáticos, ao apoiar-se parcialmente na Teoria de Grafos (Mance, 2012). Essa teoria aponta os nós que são interligados por arestas e que servem para modelar relações entre objetos de um conjunto. Seu desenvolvimento aconteceu no século XVIII, pelo trabalho de Leonhard Euler (Oh e Monge, 2016).

No século XX, o estudo sobre a noção de redes foi ampliado para as ciências sociais, ao abordar as relações entre atores e os relacionamentos interorganizacionais. A análise de redes sociais teve foco nas relações em redes (Burt, 1982). Coleman *et al.* (1957) identificaram relações entre nós centrais que puderam ser aplicadas a redes sociais, a partir do estudo de difusão de inovações, de maneira voltada de forma específica para a área de medicina. Essa ideia de centralidade de nós identifica o número de conexões que podem ser realizadas pela ligação de nós, sendo que a centralidade de um nó depende da localização dos outros que estão conectados a eles (Oh e Monge, 2016).

Por outro lado, Burt (1992) propôs o argumento da relação dos laços fracos, desenvolvida em 1973 por Granovetter, como uma nova abordagem para a

centralidade de nós. Essa relação dos laços fracos foi vista como uma análise de rede de relacionamento ao desempenhar o papel de difusão de informação e influência, de acordo com as oportunidades. A ideia envolve que os laços fracos são mais eficazes, uma vez que circulam em posições diferentes, e conseguem informações distintas em comparação às relações que são mais próximas (Silva *et al.*, 2017).

Posteriormente, pesquisas de Brass *et al.* (2004) indicaram as redes como um conjunto de nós, ou atores, que possuem ligações que apontam suas relações e interconexões. Essa perspectiva indicou as semelhanças de atores, suas proximidades e estruturas organizacionais, fatores ambientais e semelhança de atitudes enquanto características que podem promover interação entre as redes.

A caracterização da pesquisa da rede interorganizacional apontou as alianças firmadas por organizações distintas, em busca de relações em comum, a partir de um objetivo traçado, de forma múltipla e colaborativa Provan *et al.* (2007). A utilização de rede interorganizacional envolve parcerias, alianças estratégicas, arranjos e acordos cooperativos. A interação que ocorre dentro da rede pode promover benefícios estratégicos para as empresas, como aprendizagem, troca de informações, transmissão de conhecimento (Tureta e Lima, 2011).

Assim, os contextos definidos por nós, laços fortes ou fracos, conexões em rede interorganizacional definem ideias abordadas na Teoria de Redes ou *Network Theory*. A visão abstrata do mundo e a análise da interação entre os componentes que o integram de um modo geral são objetos de estudo dessa teoria. Diante desse contexto, a ideia de relações envolvidas por nós vem sendo empregada, tanto numa perspectiva analítica quanto prescritiva de como dinamizar organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, no combate à denominada complexidade do ambiente (Lopes e Baldi, 2009).

Sob outro aspecto, um dos fundamentos abordados pela Teoria de Rede é a noção de mundo pequeno, que pode ser entendida como uma visão de sistemas que são globalmente e localmente eficientes (Latora e Marchiori, 2001). O pequeno mundo indica a durabilidade das estruturas de relacionamento, como atores e instituições, sendo essenciais para a compreensão mútua entre estruturas locais e globais (Silva *et al.*, 2013). O efeito pequeno-mundo é observado nas redes, atribuído por estudos de Milgram (1967) e Watts (2004), por conexões a direcionar a um caminho mínimo, que é formado pelo número de arestas que conectam a origem

ao destino (Metz *et al.*, 2007). Milgram (1967) analisou de maneira experimental que em uma grande população nacional, pessoas escolhidas aleatoriamente podem formar uma cadeia de conexões. Watts (2004) direcionou suas pesquisas para a abordagem em rede ao verificar como os sistemas se comportam e como isso afeta sua conectividade.

A Teoria de Redes também consiste em observar como são interligados os nós, que são os pontos de enlace que se formam entre elementos que vão se relacionando entre si, gerando assim uma rede de conexões. Uma rede consiste em um panorama de atores ou nós ao longo de um conjunto de laços de um tipo específico que os ligam, como uma conexão. Os laços se interconectam através da extremidade compartilhada de pontos para formar caminhos que ligam indiretamente nós que não são vinculados de forma direta (Borgatti e Halgin, 2011).

Desse modo, essa teoria não se esgota em investigar um ponto específico, como por exemplo, somente observar as pessoas, seus respectivos comportamentos, suas relações sociais e organizacionais e o âmbito de alcance de suas relações, mas sim examinar uma cadeia de que se forma a partir de determinado elo, que pode vir de qualquer fator, podendo ser objeto, pessoa ou sistema, e que vai ganhando espaço, alcance e diversificações a cada nova interação que mantém. Provan *et al.* (2007) indicam que os estudos que envolvem a Teoria de Redes se baseiam em medidas de comportamento, estruturas desenvolvidas, processos realizados nas organizações.

Sob o contexto apresentado, a Agenda 2030 evidencia o caráter multicolaborativo entre nações, sociedade, entidades públicas e privadas em busca de um futuro sustentável. O aspecto colaborativo pode ser visto como as atividades conjuntas entre atores que estão dispostos em organizações distintas dentro de uma rede (Muijs *et al.*, 2010). Ainda sobre esse ponto, a ideia colaborativa pressupõe práticas de trabalhos em conjunto para o alcance de um objetivo (Borgatti e Foster, 2003).

Ao abordar os ODS, identifica-se que apesar de existirem divisões geográficas, políticas, culturais que separam países, vê-se a noção de “mundo pequeno” na prática, quando diversos Estados soberanos se encontram unidos com perseverança, em prol de subsidiar o bem comum e fazer valer os objetivos traçados como indispensáveis na vida em sociedade. Pimentel (2019) cita que os ODS correspondem a um quadro que serve para orientar políticas públicas em nível

mundial. Borges (2018) sustenta que a estabilidade do ambiente, a presença de cultura cívica, o senso de colaboração e cooperação podem apresentar dados suficientes para se atribuir uma relação positiva na efetividade da rede.

Sob outro ponto, a rede pode ser vislumbrada na atuação da governança, ao evidenciar um conjunto de atores heterogêneos e interdependentes, que atuam sob o mesmo intuito de acompanhamento de políticas públicas, a partir de uma estrutura de governança (TCU).

Ao ser traçado um paralelo entre o objeto de estudo do presente trabalho e a Teoria de Redes, verifica-se a pertinência do tema, uma vez que se propõe a explorar a inter-relação entre as operações envolvendo a atuação da Administração Pública e a sociedade como um todo, analisando os atores envolvidos, sistemas utilizados, recursos empregados, metas a serem cumpridas, diretrizes determinantes, público-alvo alcançado, bem como a abrangência que pode vir a ter essa interconectividade. A utilização da governança ao aplicar a Teoria de Rede possibilita a integração de ações que buscam promover interesses públicos mais amplos (Triantafillou, 2020).

Assim, a Teoria de Redes permite compreender se é possível racionalizar recursos ou investir nos recursos já existentes, reduzir custos de transação, identificar quem são os atores envolvidos, a posição que eles ocupam e quais objetivos pretendem alcançar (Lopes e Baldi, 2009). Somente analisando toda a rede é possível entender como acontecem suas evoluções, como as redes são governadas e como os resultados podem ser gerados (Provan et al., 2007).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta caracterização descritiva com abordagem qualitativa para o seu desenvolvimento contextual, com o intuito de examinar, descrever e avaliar métodos e técnicas para a resolução da questão de investigação (Prodanov e Freitas, 2013). A pesquisa descritiva qualitativa utiliza uma padronização da coleta de dados por meio de observação sistemática (Gil, 2017).

De acordo com os procedimentos técnicos, pode-se afirmar que a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, pois se desenvolveu a partir de documentos já publicados, como livros e artigos científicos. Foi utilizada a Teoria de Redes para fundamentar a proposta e efetuar a pesquisa bibliográfica, com perspectiva da transversalidade e da rede metas para o alcance dos ODS.

A respeito do aspecto da pesquisa documental, os dados apresentados passaram por análises prévias, como relatórios e dados estatísticos (Gil, 2017). Assim, foram utilizados dados secundários coletados de informações orçamentárias, dispostas na Lei nº 14.303/2022 (LOA 2022), no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e no Tesouro Gerencial (TG). Foram utilizados, também, dados previstos na Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-2023).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram divididos os procedimentos metodológicos em etapas para melhor execução das atividades. A primeira etapa envolveu a pesquisa bibliográfica e a utilização de teorias que fundamentam o objetivo delineado. A segunda etapa envolveu o procedimento técnico por meio da pesquisa documental e a observação sistemática no portal da transparência do governo federal, SIOP e TG, para coletar dados orçamentários com a indicação de ações orçamentárias utilizadas pelos IF no ano de 2022. Houve, também, a coleta das diretrizes previstas no PPA 2020-2023, além dos 17 ODS e suas 169 metas, bem como a estrutura de governança utilizada pelos IF.

A terceira etapa constituiu na identificação e agrupamento dos dados coletados, com classificação de informações para construção de tabelas e gráficos que possibilitaram a análise das ações e seus reflexos para o desenvolvimento do objetivo proposto, ao relacionar as ações orçamentárias correspondentes às despesas que podem auxiliar no cumprimento dos ODS.

A quarta etapa correspondeu ao diagnóstico da análise, com apresentação de sugestões e tabelas que evidenciaram o objetivo da pesquisa. Nessa etapa, foi consultado o *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para verificar indicadores de metas que envolvam a Agenda 2030.

3.2. UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no âmbito da rede de ensino profissional tecnológica brasileira, a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Existem 38 IF que foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essas organizações são autarquias vinculadas ao Ministério da Educação, e fazem parte da Administração Pública Federal.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições que oferecem serviços públicos em diversas modalidades de ensino e são consideradas instituições multicampi com centros universitários especializados na educação profissional e tecnológica. Dentre suas finalidades, possuem características de qualificar cidadãos para atuação em diversos setores da economia, em busca do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (MEC).

Os dados que envolveram o universo da pesquisa foram constituídos pela estrutura de governança evidenciada nos *sites* institucionais dos 38 IF, bem como pelas ações orçamentárias utilizadas para o ano de 2022, dispostas na Lei 14.303/2022 (LOA 2022).

Com relação às ações orçamentárias, esta pesquisa considerou a categorização de acordo com a função programática ao identificar o que se pretende alcançar com a implementação da política pública e o ramo das instituições analisadas, de acordo com Lima (2018). Por meio da utilização desses dados, puderam ser identificadas as ações das instituições, seus objetos de aplicação dos recursos, bem como a finalidade da atuação (Lima, 2018; Giacomoni, 2019).

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA METODOLOGIA

A abordagem metodológica aplicada neste trabalho envolveu a utilização de ações orçamentárias dispostas para Rede Profissional e Tecnológica do Governo Federal do Brasil relacionadas às metas dos ODS traçadas pelas Nações Unidas.

Além disso, foi feita a observação de aspectos de governança utilizados pelos IF, com o intuito de considerar os insights da pesquisa sob a abordagem da revisão de literatura.

Diante da realização desta pesquisa, identificou-se em uma pré-análise que Estados e Municípios estão constituindo técnicas de classificação dos ODS a partir do orçamento executado no setor público brasileiro. Segundo estudos de Moura *et al.* (2020), os governos estão alinhando seus PPA com os ODS. A esse respeito, pode-se mencionar que os seguintes Estados estão alinhando seus PPA para integração da Agenda 2030: Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal.

No mesmo sentido, alguns municípios estão seguindo a mesma estratégia e têm buscado identificar seus gastos com a implementação da Agenda 2030, ao alinhar suas políticas com os ODS, a saber: Barcarena/PA, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Teresina/PI.

Nesse íterim, as técnicas de classificação dos ODS utilizadas por entes federativos estaduais e municipais no setor público brasileiro servem de modelo para que IF possam analisar o cumprimento dos ODS a partir do gasto público para promover a educação no Brasil.

O Quadro 2 identifica estratégias e metodologias usadas por alguns entes para buscar mapear seus gastos e alinhar seus planejamentos e suas ações ao cumprimento dos ODS.

Quadro 2 – Metodologias apresentadas por entes federativos para integração PPA-ODS

Ente Federativo	Metodologias aplicadas
Estado do Paraná	Vinculação das políticas públicas aos ODS.
Estado de São Paulo	PPA articulado com ODS, com ações que busquem o cumprimento das metas dos ODS.
Município de Belo Horizonte – MG	Mapeamento e alinhamento das políticas públicas municipais expressas no PPA.
Município de Barcarena - PA	Utilização de dados de diagnóstico situacional às diretrizes de planejamento do município, tendo como base a Agenda 2030.

Município de Curitiba - PA	Diretrizes, objetivos e metas da administração estão alinhados aos ODS.
Município de Foz do Iguacu - PA	Análise do grau de compatibilização dos objetivos municipais aos ODS.
Município de Rio Branco - AC	Utiliza diretrizes do PPA com temas perseguidos para a administração municipal, com inclusão de temas do ODS.
Município do Rio de Janeiro - RJ	Elaboração de plano de desenvolvimento sustentável de acordo com planejamentos estratégicos.
Município de São Paulo - SP	Elaboração de plano de ação para implementação da Agenda 2030

Fonte: Elaborado pela autora

Após verificar essas inúmeras metodologias e estratégias que estão sendo definidas pelos entes federativos para buscar mapear e identificar os gastos realizados com as ações relacionadas aos ODS, foi definido o modelo de classificação dos ODS a partir da metodologia utilizada pelo Estado do Paraná, por meio da verificação do gasto público, com a vinculação das políticas públicas ao alcance dos ODS. Essa metodologia determinou a associação entre as iniciativas previstas no PPA 2020/2023 e os ODS, como forma de acompanhar as propostas governamentais e a execução orçamentária, ao combinar os ODS correspondentes.

Assim, de maneira objetiva, a aplicação desta metodologia implica em utilizar a técnica pesquisada ao orçamento dos IF, com a realização da análise aplicada à realidade dessas instituições para verificar o cumprimento do ODS 4. A finalidade de identificar o cumprimento do ODS 4, a partir do orçamento federal para a educação profissional e tecnológica, por meio dos gastos realizados pelos IF, utiliza o monitoramento da alocação de recursos por meio da análise das ações orçamentárias em confronto com as metas dos ODS. De maneira complementar, essa metodologia visa apresentar a transparência dos gastos públicos.

3.3.1. Coleta de dados

Os dados levantados foram coletados referente às ações orçamentárias utilizadas pelos 38 Institutos Federais de Educação do Brasil, no ano de 2022, para promover a política pública educacional. Esses dados estão disponíveis na Lei 14.303/2022 (LOA 2022), estabelecidas no Volume V, que trata do detalhamento das

ações orçamentárias do Poder Executivo, vinculados ao Ministério da Educação, (apêndice A).

Posteriormente, foram realizadas coletas de dados sistema Tesouro Gerencial (TG), com levantamento de dados com ações orçamentárias recebidas por Destaque pelos IF, para execução em 2022 (apêndice B). O Destaque envolve a descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras pertencentes a entidades distintas. O Tesouro Gerencial utilizado na coleta de dados da pesquisa é uma plataforma de *Business Intelligence* que utiliza os dados registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal para possibilitar a extração de informações de maneira otimizada (Fonseca *et al.*, 2020).

A partir da consulta elaborada no TG foi possível obter a evidência de dados de registros contábeis e orçamentários realizados no âmbito dos 38 IF, com a coleta de dados secundários com a identificação de movimentação entre créditos cedidos por Destaque, entre órgãos da Administração Pública, para execução de ações orçamentárias pelos IF.

Após isso, foi verificado no SIOP o espelho das ações orçamentárias coletadas que foram dispostas da LOA e dos relatórios do TG, com a identificação do conteúdo, da visão institucional e programática para os programas voltados para a educação, executadas pelos 38 IF do Brasil para o exercício de 2022. Foram coletados, também, no *site* da ONU os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas 169 estabelecidas para a Agenda 2030, (apêndice C). De maneira complementar, houve coleta nos sítios eletrônicos dos IF para identificação de utilização de modelo proposto pelo TCU que envolve a estrutura de governança que é proposta para organizações do setor público brasileiro (Anexo 1). Todas as coletas de dados aconteceram no período entre 08 de agosto a 19 de setembro de 2023.

3.3.2 Análise dos dados coletados

A partir dos dados coletados para a execução da pesquisa, foi verificada a possibilidade de alinhamento entre o Plano Plurianual estabelecido pelo governo federal para o período entre 2020-2023, como instrumento de planejamento governamental para atividades voltadas para a educação no país, bem como as ações orçamentárias que são dispostas para concretização da política pública

educacional, no ano de 2022, com as metas pactuadas para o alcance da Agenda 2030 por meio dos ODS.

Para tanto, pretendeu-se verificar as metas que estavam alinhadas ao PPA por meio dos programas voltados para a educação, com base nas ações orçamentárias disponibilizadas para o alcance das diretrizes educacionais. Essa verificação ocorreu por meio de leituras e estruturação do conteúdo coletado para as informações do PPA 2020-2023, ações orçamentárias dispostas na LOA 2022, e dos 17 ODS e suas metas para confronto de análise do conteúdo coletado.

Após a leitura desses documentos foi possível conhecer quais são as ações orçamentárias utilizadas pelo governo federal para cumprimento da política pública educacional, bem como conhecer todas as 169 metas estabelecidas pelas Nações Unidas para a Agenda 2030. Kripka *et al.* (2015) abordam que a análise documental permite que o pesquisador consiga extrair elementos informativos de documentos para expressar conteúdos de maneira abreviada.

Por meio de estruturação em tabelas foi possível organizar as ações orçamentárias coletadas para a Rede Federal de Educação do Brasil, com a identificação dos programas para a política pública educacional (apêndice D).

Nas tabelas elaboradas, identificou-se a quantidade de ações orçamentárias voltadas para os programas educacionais, bem como as ações coletadas no Tesouro Gerencial que foram disponibilizadas ao IF por meio de Destaque.

Com isso, pôde-se sistematizar o material para ser realizada a análise de duas formas: a) primeiramente, foi feita a comparação de todas as ações utilizadas por IF, desde as ações previstas na LOA para o 2022, até as ações que foram cedidas por outras Instituições por meio de convênios ou acordos, que constituem os Destaques recebidos pelos IF para a execução de suas atividades; b) posteriormente, foi sistematizada as metas dos ODS para comparação de análise textual pelo *software* livre *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Iramuteq).

Após a sistematização, foram agrupados os textos das ações orçamentárias e dos ODS em arquivo de texto do tipo de extensão “TXT”, formando o corpus textual da pesquisa. O corpus textual é identificado como o conjunto de textos que são utilizados para análise por meio de *software*.

As análises realizadas pelo Iramuteq foram baseadas nos dados coletados com a análise de conteúdo sobre o corpus textual definido para a pesquisa, com a

associação de palavras distribuídas entre as ações orçamentárias e os ODS. Nesse ínterim, a análise de dados textuais acontece na pesquisa qualitativa com a finalidade de comparar e relacionar os segmentos de textos coletados, o que representa objetividade às interpretações (Camargo e Justo, 2013).

Foi necessário o ajuste dos textos para adequá-los às linguagens que o software identifica. Posteriormente, foram inseridas palavras-chaves definidas para a pesquisa, que identificassem os ODS e as ações orçamentárias, como exemplos de variáveis guias para verificação das análises realizadas pelo corpus textual. Kripka *et al.* (2015) apontam que a codificação corresponde a uma identificação que permite analisar a representação de conteúdos e suas expressões.

Por meio do *software* Iramuteq foram realizadas análises textuais pelo método Reinert, análises de similitude, e a nuvem de palavras, que possibilitaram uma síntese interativa textual de identificação de palavras relacionadas, para verificação de cumprimento dos ODS pelos IF, a partir da execução orçamentária dos Institutos.

Nesta pesquisa foram utilizadas apenas as ações orçamentárias executadas pelos 38 IF do Brasil, para o exercício de 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada nesta pesquisa envolveu as ações orçamentárias dispostas em 2022, em relação ao cumprimento da política pública educacional utilizada pela Rede Profissional e Tecnológica em confronto com as metas dos ODS, para verificação do alcance da Agenda 2030 pelos IF. Foi considerado o planejamento governamental, traçado no PPA 2020-2023 para a diretriz educacional, além da utilização da governança pelos IF.

Assim, esta análise buscou compreender como os IF podem contribuir para o compromisso estabelecido em prol da Agenda 2030 em busca do desenvolvimento sustentável, a partir da atividade educacional e os impactos que podem ser gerados para a sociedade, com a promoção de educação de qualidade no Brasil.

4.1 GOVERNANÇA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO BRASIL

Ao tratar do aspecto da governança utilizada pelos IF para viabilizar o alcance da Agenda 2030, foi realizado o levantamento das Instituições que estão se adequando às suas estruturas e, de maneira complementar, utilizando a governança como meio de condução do processo de desenvolvimento sustentável (Gutierrez, 2013).

A partir do levantamento realizado nos *sites* dos IF presentes no Brasil, identificou-se que dentre as 38 Instituições pesquisadas, apenas 15 evidenciaram em suas páginas institucionais o sistema de governança com estrutura integrada à gestão que aborda instâncias externas, internas e de apoio, correspondendo ao percentual de 39,47%. A evidência de informações nos *sites* institucionais dos IF permite que as partes interessadas possam acompanhar as estruturas organizacionais de cada instituição, sendo considerada uma das características fundamentais que viabilizam a geração de valor público pelos órgãos. Esse aspecto proporciona transparência e da visibilidade para a gestão integrada à governança, além de as definir responsabilidades e competências pelas organizações (Pereira *et al.*, 2023).

É importante observar que o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, regulamentou a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, instituindo o sistema de governança para as organizações

públicas, ao considerar a instituição de estrutura governança e suas instâncias. Baseado nisso, o TCU elaborou o sistema de governança para organizações públicas ou outros entes jurisdicionados, que propõe o modelo de governança e gestão, sendo dividido em estruturas. O modelo de governança representa de maneira clara e pública como deve funcionar a governança nas organizações (TCU, 2020).

O TCU tem um papel importante na disseminação de conceitos como liderança, estratégia e controle, além de divulgar um conjunto de boas práticas para que os gestores das organizações públicas possam cumprir com mais segurança as funções sob suas responsabilidades (Pereira *et. al*, 2023).

Vislumbrar a estrutura organizacional estabelecida pelas instituições facilita a identificação dos responsáveis pela execução e pelo acompanhamento das políticas públicas, bem como suas ações para o cumprimento do planejado. Araújo (2020) aborda que mapear o ambiente de governança permite que os responsáveis identifiquem os atores envolvidos e seus respectivos papéis dentro dos ambientes.

Assim, a ação da governança contribui para auxiliar a gestão das organizações permitindo que sejam identificadas ações para o alcance dos ODS pelos IF. Gutierrez (2013) aborda que identificar um modelo de governança para o alcance do desenvolvimento sustentável se torna condição básica para implementar de maneira exitosa as políticas públicas e seus resultados.

A partir dos entes analisados, foi identificado que a governança possui um importante papel de direcionar, monitorar, avaliar e rever as práticas conduzidas pela gestão dos órgãos. Sua atuação na área orçamentária reflete na identificação das necessidades reais e prioritárias, bem como na utilização dos instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas para que possibilitem o alcance dos resultados que foram traçados no PPA.

Outra perspectiva a ser considerada é a evidenciação da transparência como um dos pilares da governança e sua como representação pode conduzir o direcionamento das ações da gestão para a tomada de decisões. Nesse aspecto, relaciona-se o direcionamento do gasto como ponto fundamental para o cumprimento da política pública.

A estrutura evidenciada pela Figura 2 indica como deve ser representada a governança em âmbito interno e externo para as organizações públicas do governo federal, ao evidenciar as instâncias dos órgãos. Nesse sentido, o papel de cada ator

deve estar explícito na administração pública, com a definição de objetivos, responsabilidades, modelos e rotinas (Matias-Pereira, 2010; Pereira *et al.*, 2023), para facilitar a visualização, o monitoramento e a avaliação dos serviços prestados pelas organizações públicas.

Figura 2 : Sistema de governança em organizações públicas



Fonte: Referencial Básico de Governança Organizacional (TCU, 2020, p.39)

O sistema de governança elaborado pelo TCU para organizações públicas foi baseado no modelo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (TCU, 2020), para demonstrar de maneira clara e pública de como funciona ou deveria funcionar a governança nas organizações (TCU, 2020).

Com o propósito de zelar pela boa governança e gestão no setor público, tem-se intensificado, em nível federal, a proposição de instâncias de controle que atuam na regulamentação, institucionalização e no fortalecimento de estruturas em órgãos e entidades (GOMES, 2017; Pereira *et al.*, 2023).

4.2 PPA / ORÇAMENTO PÚBLICO

O PPA analisado nesta pesquisa refere-se ao planejamento para o período entre os anos de 2020 a 2023, com a avaliação das diretrizes e das ações determinadas pelo governo federal que poderiam estar alinhadas aos ODS

direcionados pela Agenda 2030. Essa análise buscou evidenciar a previsão de diretrizes pelo PPA com indicação de metas que alcançassem os ODS.

Entretanto, ao analisar o PPA 2020-2023 foi verificado o veto nº 61/2019, que se destinou especificamente a desaprovar o disposto no inciso VII do artigo 3º da Lei nº 13.971/2019 (PPA 2020-2023), que previa a “persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas”. O veto presidencial excluiu os mecanismos de monitoramento e avaliação dos ODS, essenciais para internalizar a Agenda 2030 (Turra, 2020; Adams *et al.*, 2020). Entretanto, estudos de Moreira e Loureiro (2023) abordam que apesar de ter existido o veto que previa as metas dos ODS do PPA da união para o período 2020-2023, alguns entes iniciaram o processo de implementação da Agenda 2030.

Assim, a partir dessa observação, foi analisado o que foi traçado no PPA 2020-2023 para a política pública educacional, com base no resultado esperado pelo governo. De início, foram analisados os programas elencados no PPA, com a estruturação da diretriz voltada para a educação no Brasil, ao observar o que foi delineado para ações, objetivos, metas e indicadores.

De acordo com o PPA 2020-2023, foi determinada a diretriz 10, conforme inciso X do art. 3º, que dispõe sobre a “Dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho”, como estratégia para o desenvolvimento da política pública educacional.

A partir disso, foi elaborado o Quadro 3 que apresenta os seis programas finalísticos referentes à diretriz 10, “Dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho”, discriminados no PPA 2020-2023. De maneira complementar, foi elaborado o Quadro 4, com as metas para o ODS 4 - Educação de qualidade, conforme compromisso traçado pelo Brasil para a Agenda 2030.

Quadro 3 - Programas voltados para a Educação - PPA 2020-2023

Programa	Objetivo	Meta
5011 - Educação Básica de Qualidade	Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	050E - Atingir a meta de 6,0 no Ideb Sintético, perenizando o Fundeb com a ampliação da complementação da União.

5012 - Educação Profissional e Tecnológica	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo.	052F - Elevar para 5 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, até 2023.
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.	052E - Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 10 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.
5014 - Estatísticas e Avaliações Educacionais	Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.	052J - Realizar 100% dos estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, conforme planejamento anual.
6015 - Educação Infantil	Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE	052V - Taxa de acesso à educação infantil em creches (%)
6016 - Educação Especial	Elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade	052W - Universalizar a taxa de atendimento, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, na educação especial, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4 – Metas ODS 4 – Educação de qualidade

4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.
4.2 - Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.
4.3 - Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.
4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5 - Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de

<p>acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.</p>
<p>4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.</p>
<p>4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>4.a - Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.</p>
<p>4.b - Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.</p>
<p>4.c - Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Ao confrontar a diretriz educacional elaborada no PPA 2020-2023, com o ODS 4 traçado pelas Nações Unidas, e comparar as diretrizes para a educação e suas metas, percebeu-se o alinhamento da política educacional brasileira em atendimento ao previsto para a Agenda 2030, mesmo sem ocorrer a expressa previsão no planejamento governamental.

Dessa maneira, foi possível identificar que as temáticas são semelhantes. Os objetivos que foram planejados para promover a educação no Brasil não foram direcionados para o cumprimento do ODS 4, uma vez que o PPA 2020-2023 vetou a perseguição de objetivos para alcance da Agenda 2030. Entretanto, foi observada uma aproximação de ideias entre o PPA analisado e as metas traçadas pela ONU, ao vislumbrar os critérios estabelecidos para promoção da educação infantil, educação profissional, tecnológica e superior, além de previsão do aumento de habilidades necessárias para promoção do desenvolvimento sustentável.

O alinhamento existente entre o planejamento governamental com as metas dos ODS permite que seja realizada a construção de uma base de dados que possibilita a avaliação das ações e sua efetividade para os programas desenvolvidos

em busca do desenvolvimento sustentável, mesmo que tenha existido o veto para o alcance do ODS para o PPA em questão.

Esse alinhamento permite a integração do planejamento da diretriz determinante para as políticas públicas em uniformidade com as metas da Agenda 2030. Como parte do mecanismo de acompanhamento e revisão, análises regulares do processo de contribuição para a implementação da Agenda 2030 devem ser feitas, com a indicação de relatórios para o devido acompanhamento pelas partes interessadas (ONU).

O Decreto 10.321/2020 que regulamentou o PPA 2020/2023, abordou sobre a relação que deve existir entre o planejamento e a avaliação das políticas públicas, com a indicação de que este mecanismo permite que a execução do ciclo orçamentário seja concluída.

A estratégia de acompanhamento do resultado obtido com a educação deve ser realizada pela gestão das organizações e a realização de análise sistemática facilita o processo de melhoria e monitoramento da política educacional. Segundo Santos e Raupp (2015), existe interesse de acompanhamento das ações governamentais no processo de monitoramento e avaliação das políticas públicas, bem como em seus programas, ao relacionar a preocupação de alcance da eficácia, eficiência, efetividade e *accountability*.

As metas relacionadas aos objetivos dos programas servem como balizadores para a mensuração contínua do que foi traçado, desde que sejam estabelecidos padrões de monitoramento e avaliação. Sob esse aspecto, Santos e Raupp (2015) indicam que deve existir comprometimento de todas as instâncias do governo para que seja possível a avaliação e correção de programas a médio e longo prazo.

Avaliar as metas projetadas pelo PPA com o objetivo de alcançar os ODS possibilita que seja avaliada a execução das políticas públicas e, com isso, o estágio que se encontra o cumprimento do que foi estabelecido para as diretrizes propostas no PPA. Jannuzzi (2011) aponta que é no momento da avaliação que existe o confronto entre planejado e executado.

A verificação de relatórios gerenciais com indicação de alternativas que contemplam a Agenda 2030, por meio de inclusão de metas nacionais, proporciona que os diagnósticos com indicadores sejam avaliados com periodicidade. O acompanhamento constante e as avaliações regulares do Plano Nacional de

Educação são assegurados conforme estipulado na legislação, que especifica também as instâncias encarregadas desse procedimento (Furtado *et al.*, 2022).

4.2.1. Ações orçamentárias executadas pelos IF

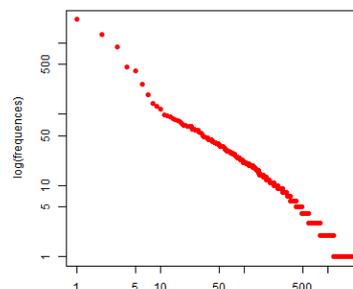
Sob o aspecto da ação do governo com gasto para efetivação da política pública com a educação no Brasil, foram analisadas as ações orçamentárias utilizadas pelos IF em 2022, em confronto com as metas dos ODS. A análise das ações orçamentárias utilizadas pelos IF permitiu conhecer a execução da política pública educacional, para atendimento da diretriz do PPA.

A partir do corpus textual da pesquisa, o *software* Iramuteq utilizou variáveis como palavras-chaves para direcionar a execução da ação. Foram identificadas 15.880 ocorrências, a partir de 94 textos, com as ações orçamentárias utilizadas pelos IF em 2022, além dos 17 ODS e suas 169 metas. Assim, essas ocorrências identificaram o número de vezes que as palavras apareceram no texto.

Na pesquisa, foram identificadas 1.227 palavras *hapax*, que correspondem a 7,73% das ocorrências da análise. No *software*, as palavras com frequência igual a 1 são denominadas de “*hapax*”.

Além disso, a média de ocorrências por texto foi identificada pela divisão entre o número de ocorrências pelo número de textos, sendo representado por aproximadamente 168,94. Essa análise corresponde ao Diagrama de Zipf, disponível nos recursos do Iramuteq para estatísticas textuais. Esse diagrama apresenta um resumo das ocorrências resultantes da análise conduzida por meio do *software*, conforme Figura 3.

Figura 3 - Diagrama de Zipf

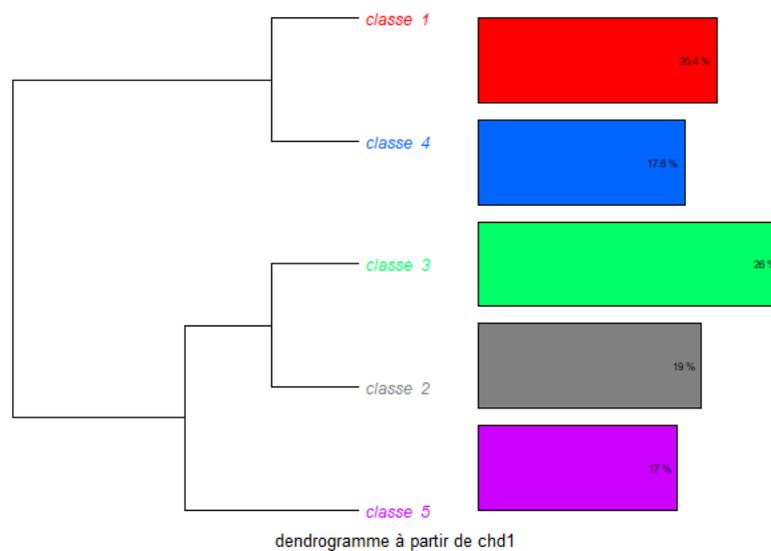


Fonte: Elaborado pela autora

A figura 3 gerada pelo Iramuteq apresenta o resultado encontrado para a análise de estatística, referindo-se a análise lexicográfica. Esse resultado encontrado no diagrama representa a escala logarítmica entre a frequência dos textos, através da relação entre a frequência de formas (eixo X) e a frequência de palavras (eixo Y).

Outra análise que o Iramuteq oferece é o método de Reinert, ao dispor do método de classificação hierárquica descendente (CHD). Essa análise tem como objetivo obter classes de segmentos de texto ao utilizar o corpus textual que, ao mesmo tempo, analisa vocabulários semelhantes entre si, além de identificar os vocabulários diferentes que estão nos segmentos entre as classes (Camargo e Justo, 2018). Baseado nessa análise, o *software* Iramuteq consegue organizar a análise dos dados em um dendograma e ilustrar as relações existentes entre as classes (Camargo e Justo, 2018).

Figura 4 - Classificação Hierárquica Descendente



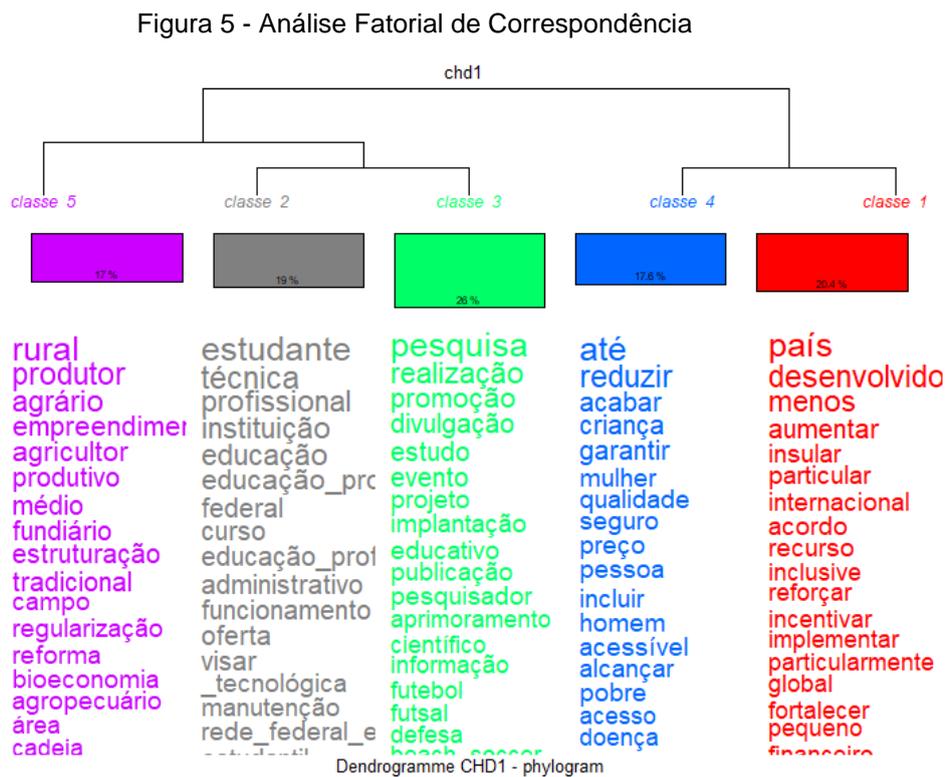
Fonte: Elaborado pela autora

A partir da análise da Figura 4, verifica-se que são apresentadas 4 partições ou chaveamentos, separadas por cinco classes distintas. Essas classes são formadas pela relação existente entre as palavras, de acordo com suas formas lexicais. A primeira partição separou as classes 5, 2 e 3. A segunda partição que separou as classes 4 e 1. Essas separações na análise baseiam-se na proximidade léxica e sua utilização nos contextos associados de acordo com o sistema de representação do corpus textual.

Além do mais, o Iramuteq permite que seja realizada outra forma de apresentação dos resultados, por meio da análise fatorial de correspondência (AFC), que é realizada por meio da classificação hierárquica descendente (CHD).

Para Camargo e Justo (2018), a análise AFC oferece representações e planos fatoriais, como uma forma de analisar os conteúdos entre as classes. Nessa análise, os segmentos de textos são classificados de acordo com seus vocabulários e com as frequências, permitindo utilizar a lógica de correlação para a ideia existente no corpus textual. Assim, o *software* Iramuteq calcula e fornece os segmentos de textos relacionados a cada classe (Camargo e Justo, 2018).

A Figura 5 apresenta a análise AFC, com as palavras mais frequentes que compõem as classes.



Fonte: Elaborado pela autora

As palavras que compõem as classes estão relacionadas pela aproximação do contexto do corpus textual. Conforme Kripka *et al.* (2015), as classes do dendrograma estão reunidas em elementos de características comuns que se relacionam entre si.

A maior classe é a 3, com 26%, sendo seguida pela classe 1, com 20,4%; classe 2, com 19%; classe 4, com 17,6%; e classe 5, com 17%. Sobre a análise da pesquisa, as palavras mais frequentes da classe 5 apresentaram relação com as ações orçamentárias 211C, 211A, 21B8, 210V, 20U4, 20ZV, 21B6, 20V8, 210T, 214S, 8340, 8458, 20Y8. Essas ações orçamentárias estão ligadas com a ideia do ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, além do ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

Interligada com a classe 5, as classe 2 e 3 foram chaveadas. A classe 2 apresentou relação com as ações orçamentárias 0509, 21B3, 21B4, 2994, 21D6, 20RI, 20RJ, 00PI, 20RL, 15R4. Essas ações orçamentárias estão relacionadas com a gestão dos IF, auxílios estudantis, pesquisas, impactos ambientais, técnica e inovação. Dessa forma, os ODS 1 - Erradicação, ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, 3 - Saúde e bem-estar, 4 - Educação, 6 - Água potável e saneamento, 7 - Energia limpa e acessível, 12 - Consumo e produção responsáveis, podem se relacionar com a classe 2.

A classe 3 apresentou relação com as ações orçamentárias 20Y0, 20GK, 21B3, 2095, 20GG, 20RJ, 20GK, 20VB, 0487, 20V6, 20JO, 6708, 20Y2, 218A, 20JO, 21AR, 20V8, 214S. Essa classe apresenta ideias com a promoção da educação, ao identificar ações específicas que contemplam a atividade educacional, a busca por pesquisas, pelo fortalecimento científico, promoção e divulgação de informações, além de promoção de bem estar e saúde. Essa classe se relacionou com os ODS 3 - Saúde e bem-estar, 10 - Redução de desigualdades. Sampaio e Oliveira (2015) consideram que a escola e o ambiente educacional influenciam as transformações nas relações sociais por meio da produção e difusão do conhecimento construído, e a qualidade pode ser prejudicada quando ocorre desigualdade no acesso.

Assim, a relação da classe 3 está diretamente relacionada com o ODS4 - Educação de Qualidade, voltada para a promoção do funcionamento das instituições, para o fortalecimento de ações que auxiliem os estudantes a permanecerem na escola, para viabilizar a educação de qualidade, estando relacionada ao próprio ODS 4. Essa classe também se relacionou com os ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 - Saúde e bem-estar, 10 - Redução de desigualdades, além do ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

As classes 4 e 1 estão chaveadas pela primeira partição, com a interligação dos ODS e suas conectividades. A classe 4 apresentou indicação de período e meio que os ODS utilizam para o alcance. Os ODS associados a classe 4 foram: 1 - Erradicação da Pobreza, 2 - Fome zero e agricultura sustentável, 3 - Saúde e bem-estar, 4 - Educação, 5 - Igualdade de gênero, 6 - Água potável e saneamento, 7 - Energia limpa e acessível, 8 - Crescimento econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução de desigualdades, 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, 12 - Consumo e produção responsáveis, 15 - Vida terrestre, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, 17 - Parcerias e meios de implementação.

Por último, a classe 1 apresentou relação com os ODS 1 - Pobreza, 2 - Fome zero e agricultura sustentável, 3 - Saúde e bem-estar, 4 - Educação, 5 - Igualdade de gênero, 7 - Energia limpa e acessível, 8 - Crescimento econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução de desigualdades, 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, 14 - Vida na água, 15 - Vida terrestre, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, 17 - Parcerias e meios de implementação.

De maneira objetiva, a pesquisa evidenciou como a ação de origem realizada pela atividade educacional proposta pelos IF pode auxiliar no cumprimento de objetivos para o desenvolvimento sustentável, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Possibilidade de alcance dos ODS pelos IF

Ação de origem	Possibilidade de alcance	Representação visual
	ODS 1 - Erradicação da Pobreza	
	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável	
	ODS 3 - Saúde e bem-estar	
	ODS 4 - Educação de qualidade	
	ODS 5 - Igualdade de gênero	
	ODS 6 - Água potável e saneamento	
	ODS 7 - Energia limpa e acessível	

	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	
	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	
	ODS 10 - Redução das desigualdades	
	ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	
	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	
	ODS 15 - Vida terrestre	
	ODS 16 - Paz, justiça e Instituições eficazes	
	ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao ODS 1 - Redução da pobreza, pode-se conferir que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos públicos que possam auxiliar na inclusão social dos estudantes que possuem vulnerabilidade social. Desta forma, existe a promoção do ODS 1, por meio do suporte financeiro com pagamento de auxílios e benefícios aos menos favorecidos economicamente. Erradicar a pobreza é um requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável preceituado para a Agenda 2030 (Raeder e Menezes, 2019).

Ao analisar o ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, é possível inferir que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam oferecer condutas que incidam no combate a fome, e a busca pela segurança alimentar proporcionada aos estudantes dos IF, principalmente para os que possuem situação de vulnerabilidade social. Outra perspectiva está relacionada à promoção da agricultura sustentável e meios que possam motivar o consumo consciente, com o apoio de aquisições de alimentos por meio da agricultura familiar. Raeder e Menezes (2019) abordam que o ODS 2 possui a lógica da transversalidade e indivisibilidade ao possuir relação direta com os demais ODS, ao tentar garantir o direito à alimentação adequada.

De acordo com o ODS 3 - Saúde e bem-estar, pode-se inferir que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos que

possam auxiliar no comprimento desse objetivo, com o valor utilizado pela educação que é refletido em ações que promovem a melhoria da saúde, com a promoção de estilo de vidas saudáveis, integração entre pessoas, além de existir o investimento em esporte. A utilização de princípios de equidade e inclusão para a política educacional considera outros setores, como a promoção da saúde sendo incluída nas rotinas diárias dos estudantes (UNESCO, 2017).

Análise feita para o ODS 4 e sua contribuição para a pesquisa, evidencia-se que a promoção de educação inclusiva, de qualidade, é capaz de desenvolver habilidades e competências para possibilitar a transformação das dimensões sociais, econômicas e ambientais proposta pela ideia da Agenda 2030, a partir da atuação das pessoas em prol da sustentabilidade. O estudo de Vargas *et al.* (2023), a respeito do contexto dos ODS e do papel dos IF, destacou que essas instituições buscam garantir a educação de qualidade no Brasil, com acesso inclusivo e redução de disparidades sociais. A integração de temas voltados para a educação ambiental na grade curricular pode contribuir para o desenvolvimento de competências voltadas para a sustentabilidade (Filho, 2011; Ribeiro e Ferreira, 2019; Garbin, 2023).

De acordo com o diagnóstico para o ODS 5 - Igualdade de gênero, afirma-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recurso que assegure o direito das mulheres ocuparem espaços, sendo em instituições públicas ou não, como uma tentativa de quebrar barreiras e mitigar as violências de gêneros que atingem privações de direitos. Não existe democracia sem igualdade de gênero, e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva é pré-requisito para não deixar ninguém para trás (PNUD, 2024).

De acordo com o ODS 6 - Água potável e saneamento, identifica-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recurso que promovam da conscientização de boas práticas para a preservação da água e do consumo consciente e racional, além da perspectiva de realização de pesquisas científicas que auxiliem na gestão sustentável da água. A água é a base para a Agenda 2030, e este objetivo possui aspectos nas três dimensões do desenvolvimento sustentável ao ser abordado de maneira social, econômica e social (Raeder e Menezes, 2019).

Para o ODS 7 - Energia limpa e acessível, verifica-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos públicos que apresente soluções para energias sustentáveis e preços acessíveis, que forneçam uma matriz energética inovadora e limpa para mitigar efeitos negativos ambientais, além da perspectiva de realização de pesquisas científicas que auxiliem na identificação de alternativas para energias limpas e renováveis. Barros *et al.* (2021) indicam que as práticas sustentáveis que envolvem energia elétrica abrangem ações para a redução do consumo, com a utilização de energia limpa e de fontes renováveis.

De acordo com o ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, constata-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos públicos que promovam condições de trabalho associadas à economia, meio ambiente e melhor distribuição de renda, ao preparar os estudantes para assumir vagas no mercado de trabalho, com oportunidades igualitárias. Argumentações de sobre diferentes modelos de crescimento econômico auxiliam nos métodos de aprendizagem para o trabalho decente e o crescimento econômico promovidos pelas instituições de ensino (UNESCO, 2017).

Ao analisar o ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, certifica-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos públicos que promovam a melhoria da infraestrutura, além do fomento da ciência e tecnologia, como um pilar da atividade organizacional relacionada à atuação dos IF. A indústria de tecnologia educacional tem se concentrado nos sistemas de gestão de aprendizagem, distribuição de conteúdo educacional, aplicativos de línguas, e realidade virtual, a partir de inovações e métodos de inteligência artificial, que são vistas como potenciais ferramentas que transformam a educação (UNESCO, 2023).

De acordo com o ODS 10 - Redução de desigualdades, nota-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos públicos que promovam a redução das desigualdades nas mais diversas formas, ao conectar temas como gênero, educação, inclusão social, trabalho, resultando na garantia de igualdade de oportunidades. Sampaio e Oliveira (2015) abordam que políticas educacionais que promovam acesso mais igualitário são cruciais tanto para a plena cidadania quanto para a redução de desigualdades.

A análise para o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, pode-se refletir sobre a busca de fortalecimento de diretrizes que envolvam a responsabilidade ambiental e economia sustentável, com incentivo para que toda comunidade participe do acompanhamento dos recursos disponíveis utilizados para fortalecer a qualidade de vida da população. Ideias como redução de impactos ambientais, melhoria dos serviços urbanos de limpeza, saneamento e transporte estão envolvidos neste ODS. De acordo com estudos de Zanchin *et al.* (2023) a partir da análise da sustentabilidade e da execução dos orçamentos dos municípios de Rondônia, foi possível constatar que para esta região existe uma maior aplicação de recursos de políticas públicas municipais para dimensão ambiental em busca da sustentabilidade, e que as dimensões sociais e econômicas precisam de ajuste na alocação de recursos, para que seja possível o alcance do controle social sustentável. Matos *et al.* (2023) abordam sobre a importância da partilha e troca de experiências como informações que permitem responder aos desafios enfrentados pelos territórios.

Para o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, observa-se que as ações orçamentárias associadas a este ODS buscam o direcionamento de recursos públicos que promovam a consciência e redução de desperdícios ligados a recursos naturais, utilização de gestão ecológica, além do incentivo de pesquisas para o consumo consciente e responsável. Barros *et al.* (2021) consideram em suas pesquisas sobre a importância de iniciativas direcionadas para compras e contratações sustentáveis, pela gestão de IF, e pelo impacto que isso causa para adequação e modernização de infraestruturas.

Para o ODS 17 - Parcerias e meios de implementação, sustenta-se que a associação relacionada a este ODS busca o desenvolvimento sustentável por meio de parcerias e de mecanismos de governança para identificar responsabilidades e de coerência política e sistematização de ideias críticas e inovadoras que são disseminadas por instituições como IF. Santos (2021) aborda que um dos desafios significativos que envolvem a governança orçamentária é a necessidade de aproximar o ciclo orçamentário do ciclo das políticas públicas, evidenciando que essa questão faz parte do desafio global.

Dessa forma, a partir da análise realizada, é corroborado que a observância do cumprimento dos diversos ODS possibilita a identificação da criação de valor

Por meio da figura 7 entende-se, em linhas gerais, que o gasto público vislumbrado pelas ações orçamentárias pode ser utilizado como meio de promover o desenvolvimento das instituições, que buscam alcançar a sustentabilidade em suas ações. Noutro modo, a interpretação da figura 7 indica uma rede que se conecta por nós para o alcance de diversos ODS, a partir da atividade educacional. Assim, os IF têm desenvolvido ações estratégicas para promoção de condutas que estão alinhadas aos ODS.

Para viabilizar o desenvolvimento sustentável, a gestão das instituições é responsável pela promoção da eficiência da política pública educacional, ao alinhar a gestão dos recursos públicos com a promoção da sustentabilidade. Conforme Garbin (2023) a sustentabilidade deve ser perseguida, e isso implica nos esforços da gestão para implementar medidas efetivas, desde a definição de objetivos até a concretização de ações para alcançá-la.

Com isso, a gestão deve considerar a utilização de ações orçamentárias disponibilizadas para a promoção da educação como estratégia para a melhor alocação de recursos, ao considerar o alcance para as diversas metas dos ODS. Esse direcionamento pode ser vislumbrado pela governança e seu papel no direcionamento da eficiência da gestão pública.

Ao considerar as diretrizes II e III do PPA 2020-2023, que abordam sobre a busca contínua pelo gasto aprimoramento da qualidade do gasto público, e articulação de processos formais que envolvam a transferência de recursos e responsabilidades para execução, verificou-se que os créditos transferidos por destaque para execução pelos IF correspondem a essa articulação entre entes para uma melhor maneira de gerenciamento e execução de recursos, por meio de ações governamentais planejadas.

As diretrizes traçadas no PPA 2020-2023 indicaram uma busca contínua para a qualidade do gasto público, com a utilização de indicadores e metas que possibilitem a mensuração da eficácia das políticas públicas, com ênfase nas pautas do desenvolvimento sustentável (Couto e Cardoso Junior, 2020; PPA 2020-2023).

Sob outro aspecto de análise oferecida pelo Iramuteq, foi feita a nuvem de palavras que aponta as formas ativas mais frequentes que foram apresentadas no corpus textual. De maneira ilustrativa, a nuvem de palavras evidenciada na Figura 8

Percebe-se que tem existido o direcionamento da política educacional para promoção da sustentabilidade, por meio da análise de gestão dos IF, ao ser direcionado o gasto público para o desenvolvimento de ações que atingem temas correlatos aos ODS, como a promoção dos direitos humanos, educação ambiental, promoção da saúde e bem estar, igualdade racial, étnica e de gênero, alimentação e agricultura sustentável. Raeder e Menezes (2019) apontam que os problemas abordados nos 17 ODS devem ser abordados de maneira sistêmica e interdisciplinar, uma vez que os objetivos da Agenda 2030 são transversais e indivisíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada à relevância do tema e da urgência de adoção de medidas eficazes que possam evidenciar o progresso do alcance dos ODS, esta pesquisa buscou identificar o gasto público com a política educacional, a partir do ODS 4 - Educação de qualidade. Esse propósito se destinou a fornecer insights que contribuam na identificação de alcance dos ODS pelos IF do Brasil e, nesse sentido, o orçamento público foi utilizado como instrumento de análise.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar o possível cumprimento do ODS 4 – Educação de qualidade, a partir da execução orçamentária dos Institutos Federais de Educação do Brasil. Para tanto, esta pesquisa baseou-se na identificação de alcance dos ODS por meio de ações orçamentárias executadas pelos IF e buscou produzir um diagnóstico que contribuísse para a compreensão do impacto que os IF estão gerando para a Agenda 2030, a partir da política pública educacional.

Com isso, foi identificado que a política educacional realizada pelos IF do Brasil auxilia no alcance da Agenda 2030 com o fornecimento de uma educação de qualidade, conforme o ODS 4, além de contribuir para promover diversas temáticas ligadas aos ODS. A redução da fome promovida por meio do fornecimento de alimento aos estudantes que possuem vulnerabilidade social, o consumo consciente e a produção responsável que acontecem por meio de aquisições sustentáveis e a redução de desigualdades de gênero, socioeconômicas e o combate a toda forma de discriminação estão entre ações promovidas por IF que tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Como forma de identificar a conduta realizada pelo governo para cumprimento dos ODS em instituições da rede federal de educação, foi analisada como a governança orçamentária pode auxiliar no direcionamento de prioridades estratégicas para a execução das despesas públicas, além observar como esta pode ser vista como parte norteadora que auxilia a gestão das organizações, na busca de desempenho e cumprimento da política pública educacional.

Esse entendimento reflete no auxílio que a governança pode oferecer à gestão das organizações, ao promover a utilização eficiente dos recursos existentes, além de buscar identificar as partes responsáveis pelas atividades desempenhadas nas organizações.

Sobre o aspecto da identificação de previsão de medidas discriminadas no PPA, para promover o alcance da Agenda 2030, identificou-se que não houve aprovação pela presidência da República para a instituição de metas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável traçados pela ONU para o período entre 2020-2023. Isso foi verificado pelo Veto nº 61/2019, referente ao inciso VII art. 3º, da Lei 13.971/2019, que instituiu o PPA 2020-2023.

Entretanto, percebeu-se que entes do setor público brasileiro têm reconhecido a importância do tema e, assim, tem buscado ajustar seus planejamentos governamentais, ao incluir a pauta dos ODS em seus dispositivos legais, uma vez que a Agenda é responsabilidade de todos.

Assim, apesar de não ter existido previsão expressa no PPA traçado pelo governo federal para definir metas que visem o alcance do desenvolvimento sustentável, e considerando que os IF são órgãos que integram a estrutura organizacional do governo federal, percebe-se que a política pública educacional tenha sido traçada para contribuir, ainda que seja de forma indireta, a cumprir com os ODS no que for possível.

Com base no exposto, identificou-se que os programas previstos para a diretriz relacionada à política pública educacional podem ser confrontados para buscar harmonização que proporcione uma política de desenvolvimento sustentável pelas instituições de ensino.

Assim, ficou evidente que os IF têm buscado cumprir a política pública educacional, com o compromisso de prestar serviços com educação de qualidade para os cidadãos. Além disso, percebeu-se que os IF podem contribuir para o alcance da Agenda 2030, colaborando com o cumprimento de temáticas referente a diversos ODS distintos, como o combate à fome, a promoção do bem estar, da saúde e da igualdade de gênero, a redução de desigualdades, além do ODS 4 que é destinado a educação de qualidade. Essa análise corrobora com a ideia de que os ODS podem ser conectados como uma rede de objetivos interligados, uma vez que possuem as características de serem transversais e complementares entre si.

Sob outra perspectiva, foi exposto que os IF têm buscado evidenciar em seus *sites* institucionais suas estruturas de governança, de acordo com o modelo proposto pelo TCU para órgãos públicos federais, com o intuito de promover transparência e demonstrar os responsáveis por cada instância e suas atribuições.

Noutro prisma, buscou-se avaliar o impacto da utilização dos recursos como uma forma de gerar valor público para a sociedade, além de relacionar as despesas para a política educacional como promotora do desenvolvimento sustentável. A avaliação do impacto dos gastos é importante para garantir uma melhor utilização dos recursos públicos (Matos *et al.*, 2023).

No tocante a utilização de recursos pelos IF, de modo inicial, foi verificado o PPA como instrumento de planejamento e a utilização da LOA como mecanismo de execução para as diretrizes traçadas no PPA. Com isso foi possível observar a existência do estabelecimento de relações com os ODS. A análise foi verificada pelo confronto entre os objetivos traçados para os programas educacionais e as metas dos ODS para a educação, com a identificação de alinhamento entre a diretriz educacional e o ODS 4.

Por meio das ações orçamentárias dispostas na LOA para o exercício de 2022, foi possível identificar que os IF estão colaborando de maneira transversal pelo alcance do ODS 1 - Erradicação da pobreza, ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 - Saúde e bem-estar, ODS 5 - Igualdade de gênero, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, ODS 15 - Vida terrestre, ODS 16 - Paz, justiça e Instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação, além do ODS 4, ao promover educação.

Com isso, percebeu-se que por meio do gasto com a educação outras temáticas presentes nos ODS puderam ser executadas, uma vez que os ODS são transversais e os resultados para seu alcance podem ser abrangentes para diversas áreas. Essa análise envolve a importância de observar a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, além de facilitar a demonstração dos resultados em relação ao cumprimento do alcance da sustentabilidade.

A partir disso, percebeu-se que por meio do mapeamento e da identificação dos gastos dos IF, a gestão das organizações pode promover a elaboração de relatórios que evidenciem o papel dessas instituições no cumprimento dos ODS, fornecendo informações sobre seus atos para o progresso da Agenda 2030.

Dessa forma, propõe-se que sejam elaborados e divulgados relatórios com a possibilidade de alcance dos ODS por instituições públicas, para que o cidadão possa acompanhar a contribuição das organizações, por meio do esforço de suas atividades institucionais. Isso caracteriza uma forma inovadora de identificação do alcance dos objetivos previstos para a Agenda 2030 a partir do gasto público.

A elaboração de relatórios que identificam o gasto público e o alcance dos ODS configura como uma ação significativa de transparência, como um dos princípios da governança pública, além de fornecer de informação para todas as partes interessadas, ao evidenciar o comprometimento da organização com medidas que promovam o desenvolvimento sustentável para benefício de todos.

Com base no exposto, para pesquisas futuras, sugere-se a realização dessa análise por outros órgãos públicos, a fim de fornecer uma visão sobre a forma que esses órgãos podem contribuir para atingir os objetivos da Agenda 2030. Noutra perspectiva, sugere-se dar continuidade à análise realizada nesta pesquisa, com a finalidade de mensurar o grau de evolução da contribuição dos IF para alcançar a Agenda 2030, a partir da aprovação do PPA 2024-2027 pela Lei nº 14.802/2024, uma vez que houve previsão expressa do comprometimento de promover o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Essa análise revela perspicácia com relação ao tema do desenvolvimento sustentável, apresentando-o como um plano que deve ser adotado pelo governo, sociedade, órgãos públicos e população. Com isso, o desenvolvimento desta pesquisa buscou demonstrar, de maneira pragmática, a visualização de valor público criado pelos IF, em prol do desenvolvimento sustentável, ao utilizar a lógica da Teoria de Redes para verificar o alcance da Agenda 2030 por meio de conexões a partir do gasto com a educação, ao confrontar a execução orçamentária e os ODS.

REFERÊNCIAS

ABHAYAWANSA, Subhash; ADAMS, Carol A.; NEESHAM, Cristina. Accountability and governance in pursuit of Sustainable Development Goals: conceptualising how governments create value. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 34, n. 4, p. 923-945, 2021.

ABREU, Cilair Rodrigues de. *A produção de Informação no contexto do orçamento-programa: uma análise a partir das informações contidas no cadastro de ações orçamentárias do governo federal*. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Administração, Brasília, 2009.

ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 73-90, 2015.

ADAMS, Cristina et al. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, 2020.

AKUTSU, Luiz. Portais de governo no Brasil: accountability e democracia delegativa. In: **Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, X**. 2005.

ARAÚJO, Ana Beatriz Arantes. *A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Brasil: uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

ARAÚJO, Romário Medeiros. *Gestão Pública e desenvolvimento sustentável: uma análise dos ODS no Município de Queimadas-PB nos anos de 2021 e 2022*. Monografia (Universidade Federal de Campina Grande), Campina Grande, 2023.

BALDACCI, Emanuele; GUIN-SIU, Maria Teresa; MELLO, Luiz de. More on the effectiveness of public spending on health care and education: a covariance structure model. *Journal of International Development: The Journal of the Development Studies Association*, v. 15, n. 6, p. 709-725, 2003.

BARCELOS, Carlos Leonardo Klein. *Governança orçamentária e mudança institucional: o caso da norma geral de direito financeiro-lei n 4.320/64*. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BARROS, Ana Caroline de Sousa et al. Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): Uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs). In: **21º USP International Conference in Accounting**. São Paulo. 2021.

BEBBINGTON, Jan; UNERMAN, Jeffrey. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: an enabling role for accounting research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 31, n. 1, p. 2-24, 2018.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado Ao Setor Público: Abordagem Simples E Objetiva**. Editora Atlas SA, 2000.

BEZERRA FILHO, João Eudes; FEIJÓ, Paulo Henrique. A nova contabilidade aplicada ao setor público: o futuro chegou!. **Revista do TCE-PE**, v. 19, n. 19, p. 28-61, 2012.

BORGATTI, Stephen P.; FOSTER, Pacey C. The network paradigm in organizational research: A review and typology. **Journal of management**, v. 29, n. 6, p. 991-1013, 2003.

BORGATTI, S. P.; HALGIN, D. S. On network theory. Organization science in articles in advance. **INFORMS**, v. 2011, p. 1-14, 2011.

BORGES, Julio Cesar. *Efetividade no nível interorganizacional de uma rede para a educação em gestão responsável*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde_03102018-143043/publico/JulioCBorges_Corrigida.pdf. Acesso em: 12 jun 2023.

BRACCI, Enrico et al. Accounting for (public) value (s): reconsidering publicness in accounting research and practice. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 34, n. 7, p. 1513-1526, 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22/11/2017. *Dispõe sobre a política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm

BRASIL. Decreto nº 10.531, de 26/10/2020. *Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031*, 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2020/decreto/d10531.htm

BRASIL. Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020. *Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023*, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10321.htm

BRASIL. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. *Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023*, 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/12986>

BRASIL. Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. *Lei Orçamentária Anual, 2022*. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2022/loa/Volume_5_Vetos.pdf

BRASIL. Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. *Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027*, 2024. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14802.htm

BRASS, Daniel J. et al. Taking stock of networks and organizations: A multilevel perspective. **Academy of management journal**, v. 47, n. 6, p. 795-817, 2004.

BULKELEY, Harriet et al. Laboratórios vivos urbanos: governando as transições de sustentabilidade urbana. **Opinião atual em sustentabilidade ambiental**, v. 22, p. 13-17, 2016.

BURT, Ronald S. *Toward a structural theory of action*. New York: Academic Press, 1982.

BURT, Ronald, S. *Structural holes: the social structure of competition*. 1992.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). **Santa Catarina: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição**, 2018.

CAMILLO, Everton da Silva. *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Marília, 2020.

CAVALCANTE, Loane Ariela Silva. *O Plano Plurianual–PPA e a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável–ODS o caso da Fundação de Meio Ambiente de Palmas-TO*. *Escola Nacional de Administração Pública*, 2019.

CEZAR, Fernando Vieira et al. *Agenda Ambiental da Administração Pública e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: alinhamento para uma agenda aprimorada*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros: gestão 2017-2020*, Brasília, DF: CNM, 2017. Disponível em:
https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023

COLEMAN, James; KATZ, Elihu; MENZEL, Herbert. The diffusion of an innovation among physicians. **Sociometry**, v. 20, n. 4, p. 253-270, 1957.

COSTA, Abimael de Jesus Barros, et al. Metodologias de custos aplicáveis ao ensino público: ensino profissional, teoria do capital humano e custo-aluno. **Revista Uniabeu**. 2015.

COSTA, Flavia Batista da, et al. Perfil do profissional contábil do setor público: uma análise das capitais brasileiras e Distrito Federal. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 1, p. 74-92, 2018.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. *A função dos planos plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023*. Texto para Discussão, 2020.

COVALESKI, Mark A. et al. Budgeting research: three theoretical perspectives and criteria for selective integration. **Journal of Management accounting research**, v. 15, n. 1, p. 3-49, 2003.

ESTADO DO PARANÁ. Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social. *Paraná de Olho nos ODS*. Governo do Paraná. Disponível em: https://www.cedes.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/sepl.pdf. Acesso em: 01 jun 2023.

ESTADO DE SÃO PAULO. Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo (AEPPSP). Governo de São Paulo. *Proposta de Metodologia do PPA*. Disponível em: <https://aeppsp.org.br/propostas-de-metodologia-do-ppa-novos-indicadores-layout-arquitetura-e-governanca-baseados-nos-ods/>. Acesso em: 01 jun 2023.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape. BR**, v. 15, p. 667-681, 2017.

FILHO, Walter Leal. About the role of universities and their contribution to sustainable development. **Higher Education Policy**, v. 24, p. 427-438, 2011.

FONSECA, Aluysio Ricardo Nunes et al. Tesouro gerencial: contribuições para o accountability na gestão pública. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e06963222-e06963222, 2020.

FREZATTI, Fábio et al. Críticas ao orçamento: problemas com o artefato ou a não utilização de uma abordagem abrangente de análise?. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 3, n. 2, p. 190-216, 2013.

FURTADO, Roberval Angelo; GOMES, Vera Lucia; CASTRO, Rita de Fátima da Silva Rosas de. O monitoramento e avaliação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024: contribuições para o debate. **Revista Teias**, v. 23, n. 68, p. 320-336, 2022.

GARBIN, Rogério et al. Desenvolvimento sustentável perene como base de elaboração e fomento das políticas públicas-um estudo de caso no município de São Sebastião-SP. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

GIACOMONI, James. Orçamento governamental: teoria, sistema, processo. São Paulo: **Atlas**, p. 287-307, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª ed. São Paulo: **Atlas**, 2017.

GIL, Carlos Gómez. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 140, p. 107-118, 2018.

GOMES, Maria Alvina de Araújo. *Governança, gestão de riscos e controles integrados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS): possibilidades e limites de compliance*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, 2017.

GRIGGS, David et al. An integrated framework for sustainable development goals. **Ecology and society**, v. 19, n. 4, 2014.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FEICHAS, Susana Arcangela Quacchia. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & sociedade**, v. 12, p. 307-323, 2009.

GUTIERREZ, Maria Bernadete Gomes Pereira Sarmiento. O Desenvolvimento sustentável: a necessidade de um marco de governança adequado. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: REPENSANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS DAS PESQUISAS AVALIATIVAS. **Planejamento e políticas públicas**, n. 36, 2011.

KAUR, Amanpreet; LODHIA, Sumit K. Sustainability accounting, accountability and reporting in the public sector: An overview and suggestions for future research. **Meditari Accountancy Research**, v. 27, n. 4, p. 498-504, 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezete; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015.

LATORA, Vito; MARCHIORI, Massimo. Efficient behavior of small-world networks. **Physical review letters**, v. 87, n. 19, p. 198701, 2001.

LE BLANC, David. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015.

LIMA, Tatiana Coral Mendes de. *O orçamento público como instrumento de efetivação das políticas públicas e garantia da sustentabilidade*. Dissertação. (Mestrado em Ciência Jurídica). Universidade do Vale do Itajaí, 125 f., 2017.

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, contabilidade e gestão no setor público. São Paulo: **Atlas**, 2018.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de administração pública**, v. 43, p. 1007-1035, 2009.

LORENZONI, Irene; BENSON, David. Radical institutional change in environmental governance: Explaining the origins of the UK Climate Change Act 2008 through discursive and streams perspectives. **Global Environmental Change**, v. 29, p. 10-21, 2014.

LOZANO, Eduardo Areiza. SOFIA-SOPHIA. **Sophia**, v. 14, n. 2, p. 16, 2018.

MACHADO, Daiane Pias; QUIRAQUE, Elcídio Henriques. Maturidade de governança e criação de valor público em instituições públicas de ensino superior: o caso das universidades brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 28, p. e023002, 2023.

MANCE, Euclides André. Teorias de rede: introdução conceitual e elementos organizativos. **Instituto de Filosofia da Libertação. Solidarius Brasil**, 2012.

MANUAL TÉCNICO DO ORÇAMENTO (MTO). *Classificação da Despesa*.

Disponível em:

<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021:cap4#:~:text=envolvidos%20e%20outros.,4.5.2%20A%C3%87%C3%95ES%20OR%C3%87AMENT%C3%81RIAS,ao%20objetivo%20de%20um%20programa>. Acesso em: 01 jun 2023.

MANUAL TÉCNICO DO ORÇAMENTO (MTO), 3ª versão, 2024. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2024:mto2024.pdf>. Acesso em: 01 jun 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MATOS, Sandra; JORGE, Susana; MOURA E SÁ, Patrícia. Measuring local public expenditure effectiveness using sustainable development goals. **International Journal of Public Sector Management**, v. 36, n. 4/5, p. 440-462, 2023.

MENDES, Carla Danieli. *Manual para adoção de relatório de sustentabilidade em unidades da rede federal de educação profissional e tecnológica*. Dissertação (Mestrado em Administração – Universidade Federal Fluminense) Volta Redonda/RJ, 2021.

MENDES, Alinie Rocha; COSTA, Abimael de Jesus Barros. Inovações na Contabilidade Pública e Controle Governamental no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **RAGC**, v. 10, n. 44, 2022.

MENEZES, Henrique. Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais. **UFPB: João Pessoa**, 2019.

METZ, Jean, et al. *Redes Complexas: conceitos e aplicações*. 2007.

MEULEMAN, Louis; NIESTROY, Ingeborg. Common but differentiated governance: A metagovernance approach to make the SDGs work. **Sustainability**, v. 7, n. 9, p. 12295-12321, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituições da Rede Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 11 jun 2023.

MILGRAM, Stanley. The small world problem. **Psychology today**, v. 2, n. 1, p. 60-67, 1967.

MOREIRA, Luna Tapajós Santos; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Análise crítica do discurso do documento Diretrizes de Aprendizagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Currículo da Cidade de São Paulo. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 10, p. 1-15, 2023.

MOURA, JM de et al. Diagnóstico da adesão aos ODS no Brasil: uma análise da incorporação da Agenda 2030 nos governos estaduais e em suas capitais. In: **XXV Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal**, p. 24-27. 2020.

MUIJS, Daniel; WEST, Mel; AINSCOW, Mel. Why network? Theoretical perspectives on networking. **School effectiveness and school improvement**, v. 21, n. 1, p. 5-26, 2010.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. *Orçamento Temático ODS*. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/orcamento-tematico>. Acesso em: 08 jun 2023.

MUNICÍPIO DE BARCARENA. *Agenda 2030*. Disponível em: https://issuu.com/agenda2030barcarena/docs/manual_de_procedimentos. Acesso em: 20nov2023.

MUNICÍPIO DE CURITIBA. *Plano Pluri Anual 2022/2025*. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-encaminha-a-camara-municipal-plano-plurianual-2022-2025/60832> .Acesso em: 20nov2023.

MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. *Avaliação Integrada*. Disponível em: <https://oestepr2030.org.br/wp-content/uploads/2020/07/08-Relato%CC%81rio-Foz-do-Iguacu.pdf>. Acesso em: 20nov2023.

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO. *Plano Pluri Anual 2022/2025*. Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/wp-content/uploads/2010/05/Projeto-PPA-2022-2025.pdf>. Acesso em: 20nov2023.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Agenda 2030 no Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/planejamento/agenda-2030-pds>. Acesso em: 24nov2023.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Plano de ação para implementação da Agenda 2030*. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/planejamento/index.php?p=326461>. Acesso em: 20nov2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 02 jun 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório anual, 2022*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/relatorio-anual-de-2022>. Acesso em: 05 jun 2023.

NARDES, Augusto; ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; VIEIRA, Luis Afonso Gomes. **Governança Pública: o desafio do Brasil**. Editora Fórum, 2018.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Recommendation of The Council on Budgetary Governance*, 2015.

OH, Poong; MONGE, Peter. Network theory and models. **The international encyclopedia of communication theory and philosophy**, p. 1-15, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista brasileira de educação**, p. 5-23, 2005.

OLIVEIRA, Meilyng Leone. Desenvolvimento sustentável e os municípios: uma análise sob a perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da lei nº 13.493/17 (piv-produto interno verde). **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 59-76, 2018.

OLIVEIRA, Ingra Freire de et al. *Uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável através da comparação de agendas internacionais: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

OLIVEIRA, Rômulo Brito; DE SOUZA, Fernando Gentil; SANTANA, Darlene Silva S. The Secret of the Best: The Practice of Risk Management in Brazilian Educational Institutions. In: **Accounting and Financial Reporting Challenges for Government, Non-Profits, and the Private Sector**. IGI Global, 2023. p. 154-171, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Livraria Digital*, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000248073>. Acesso em: 04 jun 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem*, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>. Acesso em: 20 jan 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). A tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem?, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por?posInSet=5&queryId=a315250c-fc97-4324-bf48-2010a7594e09. Acesso em: 22 jan 2024.

ORTAS, Eduardo; GALLEGO-ÁLVAREZ, Isabel; ALVAREZ, Igor. National institutions, stakeholder engagement, and firms' environmental, social, and governance performance. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 26, n. 3, p. 598-611, 2018.

PEDROSA, Flavio Mascarenhas Roriz. *Planejamento estratégico como ferramenta de planejamento governamental: experiências do Governo Federal, Minas Gerais e Distrito Federal*. Dissertação - Políticas Públicas e Gestão Governamental - Instituto Brasiliense de Direito Público, 2017.

PEREIRA, Susane Carla Souza; SOUZA, Fernando Gentil de; CAMARGO, Bruna Faccin. Governança eletrônica nos Institutos Federais brasileiros: desafios para compliance institucional do modelo do TCU. *Anais: X Encontro Brasileiro de Administração Pública*, Brasília/DF. Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2023.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Não há democracia sem igualdade de gênero*, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/blog/nao-ha-democracia-sem-igualdade-de-genero>

PROVAN, Keith G.; FISH, Amy; SYDOW, Joerg. Interorganizational networks at the network level: A review of the empirical literature on whole networks. **Journal of management**, v. 33, n. 3, p. 479-516, 2007.

PIZZI, Simone et al. Management research and the UN sustainable development goals (SDGs): A bibliometric investigation and systematic review. **Journal of cleaner production**, v. 276, p. 124033, 2020.

QUIRINO, Simony Rafaeli. Orçamento público como fonte de estudos educacionais. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 1, 2011.

RAEDER, Sávio Túlio Oselieri; MENEZES, Patrícia Miranda. A relação entre interdisciplinaridade e a implementação da Agenda 2030. **Parcerias Estratégicas**, v. 24, n. 49, 2019.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, p. 1271-1294, 2012.

RAMIRO, Rodrigo Correa. As Agendas ODS no Plano Plurianual 2016-2019. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2021.

REIS, Anderson de Oliveira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FERREIRA, Marjorie Angélica Sabioni. Análise dos fatores determinantes da transparência orçamentária pública em nível nacional. In: **XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, SP, Brasil. 2015.

RIBEIRO, Eliane Ferreira de Souza; FERREIRA, Mariana Silva. Inserção da Educação Ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos de direito: uma análise na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, n. 1, p. 316-338, 2019.

SALLES, Felipe Cunha; GRASSI, Robson Antonio. Análise orçamentária da política pública de ciência, tecnologia e inovação como meio de avaliar sua efetividade: o caso do estado do Espírito Santo no período 2012–2015. **Geografares**, n. 27, 2018.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 3, p. 511-530, 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60121/37016>.

SANTOS, Guilherme Kraus dos; RAUPP, Fabiano Maury. Monitoramento e avaliação de resultados dos programas governamentais delineados no PPA. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 1429-1451, 2015.

SANTOS, Flavio Rosendo dos; et al. O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 191-212, 2017.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. Agenda formal e agenda substantiva na adesão do Brasil às recomendações de governança orçamentária da OCDE (Publicação Preliminar). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SERAFIM, Milena Pavan. Como será o cenário da Educação Superior em 2030?. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 569-572, 2019.

SERAFIM, Milena Pavan; LEITE, Juliana Pires de Arruda. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, p. 343-346, 2021.

SILVA, Wesley Mendes da; ONUSIC, Luciana Massaro; GIGLIO, Ernesto Michelangelo. Rede de pesquisadores de finanças no Brasil: um mundo pequeno

feito por poucos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, p. 739-763, 2013.

SILVA, Marianny Jessica de Brito et al. A FORÇA DOS LAÇOS SOCIAIS: DEFINIÇÃO E PROPOSTA DE UMA ESCALA DE MENSURAÇÃO. **Revista Eletrônica de estratégia & negócios**, v. 10, n. 3, 2017.

SILVA, Gilberto Soares da. *Indicadores de sustentabilidade de instituições de ensino superior: uma análise do câmpus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 188 f., 2018.

SILVA, Keila Paiva; BAHIA, Mirleide Chaar. Sustentabilidade na gestão pública: ações socioambientais nas universidades federais da Região Amazônica. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v28i3.8420>

SILVA, Alana Alves; COSTA, Abimael de Jesus Barros. A contribuição da auditoria interna para a governança: estudo de caso em uma organização social vinculada ao governo federal. **Cuadernos de Contabilidad**, v. 20, n. 49, p. 01-27, 2019.

SOBRINHO, Myron Palhano Galvão et al. Divulgação de informações socioambientais nos websites das agências reguladoras associadas à abar. Disclosure of socio-environmental information on the websites of regulatory agencies associated with abar. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 50187-50202, 2022.

SOUSA, Francisco Hélio de. O caráter impositivo da lei orçamentária anual e seus efeitos no sistema de planejamento orçamentário. **Finanças Públicas–XIII Prêmio Tesouro Nacional**, 2008.

TAVARES, Sergio Marcus Nogueira. Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo em construção. **Educação & Linguagem**, v. 12, n. 19, p. 219-238, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Referencial Básico de Governança Organizacional: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU*. 3. ed. Brasília, DF: TCU/Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Redes Interorganizacionais e Gestão de Redes*. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#gsc.tab=0&gsc.q=redes%20interorganizacionais%20e%20gest%C3%A3o%20de%20redes&gsc.page=1>. Acesso em: 13 jun 2023.

TRIANAFILLOU, Peter. Trapped in the complexity bowl? Public governance and the liberal art of governing. **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 14, p. 1228-1236, 2020.

TURRA, Alexander. *Brasil diz não à Agenda 2030*. Valor Econômico, 2020. Disponível em: <https://aesbe.org.br/novo/brasil-diz-nao-a-agenda-2030/>. Acesso em: 22 jan 2024.

TURETA, César; LIMA, Juvêncio Braga de. Estratégia como prática social: o estrategizar em uma rede interorganizacional. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 76-108, 2011.

VARGAS, Melissa Welter et al. A ATUAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA À LUZ DO ODS 4. **Salão do Conhecimento**, v. 9, n. 9, 2023.

WATTS, Duncan J. **Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness**. Princeton university press, 2004.

YOUNG, Oran R. Conceptualization: Goal setting as a strategy for earth system governance. 2017. Doi:10.7551/mitpress/9780262035620.003.0002

ZANCHIN, Veridiana Andrade; DE FREITAS CARNEIRO, Alexandre; PIACENTINI, Alexandre Leonardo Simões. Dimensões Da Sustentabilidade Nos Orçamentos Dos Municípios De Rondônia Com Maior Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 39, p. 344-370, 2023.

ZITZKE, Valdir Aquino. Educação ambiental e ecodesenvolvimento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 9, p. 175-188, 2002.

APÊNDICE A – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS LOA - 2022

PROGRAMA		AÇÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. Não inclui outras indenizações, tais como ajuda de custo decorrente de remoção e diárias.
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas. Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço restado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Concessão dos seguintes benefícios: Auxílio-Alimentação - Concessão em caráter indenizatório do auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados públicos federais ativos e militares, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), sob forma de pecúnia, por meio de manutenção de refeitório ou, no caso das empresas estatais dependentes, do fornecimento de vale/cartão alimentação/refeição, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do

órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor civil, militar ou empregado; Auxílio-Transporte - Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia ou vale-transporte na modalidade papel e ou bilhetagem eletrônica, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio; Assistência Pré-Escolar - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores civis, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar; Auxílio-Funeral - Concessão de auxílio-funeral devido à família do servidor civil, militar ou de empregado público federal falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento, cujo pagamento deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral; Auxílio Natalidade - Concessão de auxílio-natalidade devido ao servidor civil, militar ou empregado público federal por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, ou no valor determinado pelo acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho e/ou dissídio coletivo de trabalho, inclusive no caso de natimorto; Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa - Concessão do auxílio-fardamento aos militares da ativa, em pecúnia, para custear gastos com fardamento, conforme legislação em vigor; Indenização de Representação no Exterior – IREx e Auxílio-Familiar no Exterior - Pagamento de Auxílio-Familiar e IREx a servidor Civil ou Militar em Serviço no Exterior, de que trata a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972; Salário-Família – Pagamento de salário-família ao servidor, ativo ou inativo, por dependente econômico; e Auxílio-reclusão – Pagamento de auxílio à família do servidor ativo, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão, ou em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.

0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20TP	Ativos Civis da União	<p>Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.</p>
5012	Educação Profissional e Tecnológica	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	<p>Apoio ou execução de planos de reestruturação e modernização na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a ampliação e melhoria da oferta de cursos e a redução da evasão, por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de pequenas obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.</p>
5012	Educação Profissional e Tecnológica	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	<p>Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais atividades necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
5012	Educação Profissional e Tecnológica	21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica	<p>Considera-se Projeto apoiado o programa ou projeto de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação; evento científico e cultural promovido; e capacitação ofertada. Apoio a programas e projetos de instituições de ensino de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada, empreendedorismo e inovação, inclusive por meio de oferta de bolsas para monitores, implementação e promoção de ações educativas, científicas e culturais; capacitação de docentes e técnicos-administrativos das redes públicas de educação profissional e tecnológica; bem</p>

5012	Educação Profissional e Tecnológica	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	<p>como apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre pesquisa e extensão, e a articulação com os demais agentes promotores da educação profissional e tecnológica, da inovação e do empreendedorismo.</p> <p>Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho dos estudantes, incluindo pessoas com deficiência, dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional, Colégio Pedro II e Escolas Técnicas Vinculadas as Universidades Federais.</p>
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	<p>Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</p>
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	<p>Realização de ações voltadas à capacitação e desenvolvimento de servidores, tais como: pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC; custeio para realização de eventos de capacitação; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</p>

1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	4641	Publicidade de Utilidade Pública	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão. Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Pagamento do Benefício Especial de que trata a Lei 12.618/2012 e demais complementações de aposentadorias referentes a VIFER, RFFSA, e servidores inativos e pensionistas do MS.
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	Pagamento do Benefício Especial de que trata a Lei 12.618/2012 e demais complementações de aposentadorias referentes a VIFER, RFFSA, e servidores inativos e pensionistas do MS.
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	Pagamento de indenizações, abonos, seguros, auxílios, benefícios previdenciários e de assistência social. Pagamento de pensões em decorrência de Legislação Especial ou de Sentenças Judiciais

APÊNDICE B – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS POR DESTAQUE – 2022

PROGRAMA		AÇÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO
5012	Educação Profissional e Tecnológica	15R4	Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Apoio à execução de planos de consolidação e reestruturação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional e Colégio Pedro II, por meio da ampliação e adequação da infraestrutura física, compreendendo serviços, obras e instalações, além da aquisição de materiais e equipamentos que visem ampliar a oferta das atividades didáticos-pedagógicas e administrativas. Apoio à execução de planos de reestruturação dessas instituições para a melhoria e ampliação da oferta de cursos e a redução da evasão, por meio da adequação da estrutura física das instituições, englobando: aquisição de veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e de laboratórios, locação de veículos e máquinas, além do atendimento das demandas de custeio inerentes ao processo de reestruturação.
5012	Educação Profissional e Tecnológica	219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Apoio ao funcionamento e modernização dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional e Colégio Pedro II, por meio de ações de qualificação e capacitação de pessoal; manutenção de infraestrutura física mediante reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais que não caracterize expansão da estrutura já existente, observados os limites da legislação vigente; aquisição de equipamentos e material permanente; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; apoio a projetos finalísticos, bem como demais atividades necessárias ao funcionamento e modernização das unidades.
5011	Educação Básica de Qualidade	20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a educação básica nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Apoio técnico, pedagógico e financeiro para o desenvolvimento de programas, cursos, eventos de capacitação, pesquisas, estudos, projetos de inovação, materiais, plataformas, avaliações, mobilidade nacional e internacional de profissionais da educação, de estudantes de nível superior, inclusive do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e profissionais militares que apoiam as escolas cívico-militares visando à melhoria da qualidade do ensino, levando em conta as especificidades das modalidades da educação especial, da educação escolar indígena, da educação do campo, da educação escolar quilombola, da educação bilíngue de surdos, da educação de jovens e adultos. Capacitação e formação, para o atendimento educacional especializado, para a valorização das tradições culturais brasileiras e para a educação dos povos ciganos e populações em situação de itinerância e para a educação dos demais povos e comunidades tradicionais.

5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Gestão administrativa, financeira e técnica e desenvolvimento de ações para o funcionamento dos cursos de Educação Superior nas modalidades presencial e a distância, tais como serviços; manutenção de infraestrutura física por meio de reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente; aquisição de equipamentos e material permanente; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais atividades necessárias à gestão e administração da unidade.
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Realização de ações voltadas à capacitação e desenvolvimento de servidores, tais como: pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC; custeio para realização de eventos de capacitação; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
5011	Educação Básica de Qualidade	00PI	00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	Repasse suplementar de recursos financeiros federais para oferta de alimentação escolar aos estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com o objetivo de atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de práticas alimentares saudáveis.
5012	Educação Profissional e Tecnológica	21B4	21B4 - Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	Suporte à implementação da expansão de matrículas de educação profissional e tecnológica em instituições públicas e privadas, incluindo a promoção das ações previstas da Lei nº 12.513/2011 e do itinerário formativo da formação técnica e profissional, prevista na Lei nº 13.415/2017; compreende, ainda, a modernização das instalações físicas, de laboratórios, bem como a aquisição de máquinas, equipamentos, desenvolvimento e disponibilização de ferramentas e materiais didáticos e pedagógicos para instituições não federais pertencentes aos sistemas públicos de ensino de Educação Profissional e Tecnológica, visando possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, incluindo formação e capacitação de docentes e gestores e assegurar as condições técnicas e administrativas necessárias ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

5012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais atividades necessárias à gestão e administração da unidade.
5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos	Formulação, implementação e apoio a políticas e iniciativas governamentais e não-governamentais dirigidas à promoção e defesa dos direitos humanos para todos, com direcionamento à proteção das mulheres, das crianças e adolescentes, à população LGBT, à juventude, ao idoso, à igualdade racial, às pessoas com deficiência, às pessoas em situação de vulnerabilidade, abrangendo a implantação, ampliação, modernização, bem como a realização de benfeitorias, de equipagem de espaços, provisórios ou permanentes. Promoção e divulgação de ações, estratégias e boas práticas de prevenção e enfrentamento às violações de direitos. Formação em direitos humanos. Formação, capacitação e qualificação de agentes públicos e privados que atuam com políticas de direitos humanos. Realização de eventos e campanhas formativos e educativos. Desenvolvimento e divulgação de estudos, pesquisas e publicações sobre direitos humanos. Apoio a serviços públicos municipais, estaduais e federais de atendimento e assistência e promoção de acesso à documentação civil. Promover os direitos humanos, a dignidade, o nascimento seguro, o crescimento e o desenvolvimento saudável e o combate a todas as formas de violência contra a criança na primeira infância. Desenvolvimento de ações de implementação e apoio a Política Nacional de Apoio às Vítimas de Violência. Desenvolvimento de ações de implementação e apoio aos familiares e vítimas de desaparecimento. Promoção e proteção dos direitos de imigrantes e refugiados.

0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	<p>Suporte ao planejamento, à gestão, à avaliação e ao controle das políticas implementadas pelo Ministério da Educação, compreendendo todos os níveis, modalidades e etapas da educação. Contratação de serviços de consultoria; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de estudos que tenham por objetivo a formulação e o aprimoramento de políticas públicas; realização de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; realização de fóruns, seminários, oficinas e reuniões de instituições, segmentos e entidades representativos das políticas de educação; e demais atividades-meio necessárias ao planejamento e à gestão das ações finalísticas. Promoção da articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, visando à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática da política educacional e ao fortalecimento do controle social. Apoio aos entes federados por meio da capacitação dos envolvidos na execução dos programas educacionais.</p>
5011	Educação Básica de Qualidade	214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos	<p>Apoio à implementação de ações voltadas à educação de jovens, adultos e idosos, em todas as etapas e modalidades, inclusive alfabetização e com integração à qualificação profissional, que contemplem, entre outros, pessoas em privação de liberdade e cumprindo medidas socioeducativas, populações do campo, quilombolas, indígenas, população itinerante e demais povos e comunidades tradicionais, além dos alunos superdotados, surdos e que necessitem de uma educação especial, por meio de transferência de recursos financeiros para atender às despesas de manutenção dessas ações, entre as quais: remuneração e formação de educadores, gestores e alfabetizadores voluntários; implementação de projetos que visem à inovação na gestão e nas metodologias de ensino; estudos e pesquisas para diagnóstico, monitoramento e avaliação de ações, programas e processos educativos; aquisição de materiais de consumo e materiais pedagógicos e demais iniciativas de acordo com a legislação vigente.</p>
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	<p>Financiamento contínuo de estudos e projetos de implantação, recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, balizada pela identificação de focos estratégicos em C&T, visando promover a melhoria contínua da infraestrutura de pesquisa nessas instituições .</p>

1031	Agropecuária Sustentável	210T	Promoção da Educação do Campo	Viabilização, ampliação e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER através da formação e capacitação de agentes de ATER e de agricultores, e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à agropecuária bem como a formação e capacitação de jovens e adultos, desde a alfabetização, com oferta de cursos de nível médio, superior, pós-graduação e treinamento de qualificação técnica, promovendo o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as instituições de ensino ofertantes dos cursos, inclusive nas áreas de Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, além da articulação para apoio à melhoria de infraestrutura das escolas dos assentamentos e da formação de educadores e técnicos, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento rural e sustentável dos assentamentos, bem como promover a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares e médios produtores, assentados da Reforma Agrária e seus empreendimentos.
5033	Segurança Alimentar e Nutricional	8458	Apoio à Agricultura Urbana	Apoio à produção agrícola, de perfil agroecológico, em áreas urbanas e periurbanas, por meio de ações como: Implantação de hortas; implantação de viveiros de mudas; implantação de pomares urbanos; e, criação de pequenos animais. Apoio à estruturação de produtores urbanos e periurbanos que atuam em feiras populares. Apoio a estruturação de compostagem para produção de matéria orgânica para produção urbana de alimentos. Apoio a ações de capacitação e disseminação do conhecimento e da informação, que devem ter pertinência com as atividades pretendidas e com os temas da segurança alimentar; e, a ações de assistência técnica e fortalecimento de capacidades técnicas e gerenciais. Apoio à implantação de hortas pedagógicas em unidades escolares públicas e entidades socioassistenciais. Poderão ser apoiadas despesas correntes e de capital.
5012	Educação Profissional e Tecnológica	21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica	Apoio a programas e projetos de instituições de ensino de educação profissional e tecnológica públicas e privadas, nas áreas de educação profissional e tecnológica (EPT), extensão tecnológica, pesquisa aplicada, empreendedorismo e inovação, implementação do itinerário formativo da formação técnica e profissional, prevista na Lei nº 13.415/2017, inclusive por meio de oferta de bolsas; Apoio ao desenvolvimento de referenciais, currículos, projetos pedagógicos de curso, materiais didáticos e pedagógicos e de apoio ao processo de ensino-aprendizagem para as redes de EPT, sob a ótica do desenvolvimento de programas e políticas de educação e aprendizagem ao longo da vida, bem como apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, promovendo ações educativas, científicas e culturais e viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Apoio à capacitação de docentes e técnicos-administrativos das redes de educação profissional e tecnológica; Apoio ao desenvolvimento de sistemas de informações da EPT e realização de estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações técnicas e científicas relacionadas à modalidade EPT; Apoio à articulação entre atores da educação profissional e tecnológica, da inovação e do empreendedorismo.

5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	<p>Concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no país e no exterior e demais auxílios a elas vinculados, tais como AUXPE, taxas escolares, auxílio instalação, auxílio deslocamento, adicional localidade, diárias, passagens e seguro saúde. Promoção da formação de recursos humanos de alto nível nos âmbitos acadêmico, científico, tecnológico e de inovação no país e no exterior, proporcionando aos discentes, especialistas, docentes e pesquisadores, o suporte financeiro necessário para o desenvolvimento de estudos e projetos de pesquisa. Apoio a projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e de inovação no país e em cooperação com outros países e instituições internacionais parceiras. Concessão de bolsas de estudo no exterior e demais auxílios a elas vinculados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades da Educação Básica. Premiação de pesquisadores cujos trabalhos tenham relevância e aplicação efetiva em problemas reais da sociedade, bem como aqueles que sejam reconhecidos internacionalmente. Promoção do apoio necessário ao desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando a relação entre as universidades e o setor produtivo não acadêmico e o registro de patentes. Promoção da integração educacional, cultural e científica com países parceiros por meio da formação de discentes, docentes e pesquisadores estrangeiros no Brasil e em seus países de origem e de discentes, docentes e pesquisadores brasileiros no exterior, estimulando a inovação e a criação de redes de pesquisa e a internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras.</p>
5026	Esporte	20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor	<p>Desenvolvimento de programas e ações de incentivo à prática do Futebol e modalidades derivadas (Futsal e Beach Soccer), feminino e masculino, por meio da implantação de núcleos de futebol de base, realização de estudos técnicos e pesquisas, eventos de integração social e capacitação profissional em futebol, futsal e beach soccer, apoio a realização torneios e campeonatos de participação regional e nacional: 1 - Implantação de núcleos de futebol de base, feminino e masculino, utilizando o futebol e suas modalidades derivadas (Futsal e Beach Soccer) como ferramenta de inclusão social e cidadania; 2 - Incentivo à prática do futebol e suas modalidades derivadas para a promoção da saúde; 3 - Desenvolver mecanismos de estímulo a prática qualificada do futebol, futsal e beach soccer considerando a desigualdade de gênero e regiões; 4 - Fortalecer a iniciativa de combate à violência nos estádios, através de ações educacionais a fim de conscientizar a importância da paz no futebol/estádio; 5 - Acompanhamento e contribuição para a modernização da gestão de responsabilidade fiscal dos clubes e entidades do desporto/ PROFUT; 6 - Promoção da defesa dos direitos do torcedor com a realização de seminários, palestras e outras ações de esclarecimento ao torcedor; 7 - promoção de ações de combate ao uso de drogas, violência, homofobia, preconceito racial, por intermédio do futebol, futsal e beach soccer; 8 - Fomentar a capacitação profissional visando qualificar os profissionais que atuam no futebol, futsal e beach soccer.</p>

0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000	Administração da Unidade	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade, tais como: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; promoção da saúde integral e qualidade de vida do servidor; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas.
2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	Provimento de infraestruturas para o desenvolvimento das atividades produtivas em suas múltiplas escalas, rurais e urbanas, por meio da resolução de gargalos em todos os elos da cadeia produtiva, promovendo sua dinamização, inclusive com implantação de estruturas físicas para produção, beneficiamento, comercialização e de apoio logístico além de aquisição de equipamentos, materiais e insumos, bem como o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, estudos e projetos técnicos, promoção de capacitações, formação de multiplicadores, intercâmbio de produtores, instalação de unidades demonstrativas, eventos técnicos e de comercialização, e fomento ao associativismo e cooperativismo como opção de organização social e produtiva. Atua-se principalmente nas Rotas de Integração Nacional que são redes de Arranjos Produtivos Locais - APLs que apresentam simultaneamente uma dimensão territorial e setorial em sua concepção.
2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	8340	Inovação para o Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento, incorporação e difusão de novas tecnologias, produtos e serviços, propiciando inserção no mercado e agregação de valor. Visa articular empreendedores e agentes do sistema de apoio à inovação de forma a viabilizar condições para implantar estruturas produtivas baseadas na inovação, informação e conhecimento.
5026	Esporte	21CK	Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional	Fomento de ações, programas instalações, infraestrutura, equipamentos, pesquisas, apoio a eventos e projetos diversos com vista a implementação de política pública de desenvolvimento do paradesporto nacional.
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20U9	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos	Seleção, formação, capacitação, aperfeiçoamento, e desenvolvimento de competências da força de trabalho da Administração Pública, visando melhorar a capacidade de governo na gestão e a efetividade das políticas públicas

1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	6925	Licenciamento Ambiental Federal	Execução dos procedimentos relativos ao licenciamento ambiental federal e avaliação de impacto ambiental de atividades e empreendimentos, conforme previsto na legislação vigente, incluindo: - realização de análises técnicas, tais como avaliação da competência, enquadramento de projetos, emissão de termo de referência para elaboração de estudos, análise de estudos ambientais, análise de relatórios e documentos de atendimento de condicionantes ambientais, análise e definição de proposta de destinação da compensação ambiental instituída pelo art. 36 da Lei nº 9.985/00; - vistorias aos locais e/ou trajeto de empreendimentos; - organização e realização de audiências ou reuniões públicas; - participação em reuniões técnicas com empreendedores, consultorias e interessados; - desenvolvimento de atividades e projetos de apoio ao licenciamento ambiental; e - adequação e aparelhamento tecnológico da estrutura física da Diretoria, tais como salas de reunião, auditório, unidades técnicas, de modo a oferecer estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de apoio e finalísticas do licenciamento ambiental, além de contribuir com a execução de atividades remotas.
1031	Agropecuária Sustentável	20Y8	Desenvolvimento da Cafeicultura	Execução de trabalhos de apoio ao desenvolvimento do setor cafeeiro com investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, capacitação e treinamento dos agentes do agronegócio café, ações promocionais dos Cafés do Brasil no país e no exterior, entre outras despesas amparadas pela legislação do Funcafé.
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2C55	Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal	Atender despesas referentes às demandas da CEP e de sua Secretaria-Executiva, tais como reuniões de colegiado e participação em compromissos oficiais no Brasil e no exterior, em visitas técnicas e demais atividades previstas no Plano de Trabalho da CEP aprovado anualmente. Despesas com transporte, diárias e passagens, para conselheiros, servidores e colaboradores. Realização de seminários, eventos, cursos e capacitações. Produção e divulgação de material gráfico. Desenvolvimento e melhorias em sistemas gerenciais e de apoio a decisões.
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento	Fomento a projetos e iniciativas destinados à realização e à participação de pesquisadores em eventos para a promoção da educação científica, divulgação, popularização e difusão de C,T&I de abrangência nacional e internacional, contribuindo para a aproximação e apropriação do conhecimento científico e tecnológico pela sociedade, promovendo a cultura científica nacional e a comunicação entre os pares. Fomento a projetos de editoração e publicação para a divulgação científica e tecnológica e elaboração de ferramentas e materiais educativos, digitais ou físicos.
5025	Cultura	218A	Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira	Fomento à produção de conteúdos audiovisuais e à difusão, promoção e ampliação do acesso à produção audiovisual nacional e internacional; implantação de espaços e infraestrutura de formação e qualificação técnica e profissional em audiovisual e de exibição de conteúdos audiovisuais; apoio à realização e participação em mostras, festivais e seminários audiovisuais; ações de promoção e fortalecimento do setor audiovisual nacional e da acessibilidade audiovisual; fomento a ações de formação e de intercâmbio; apoio à preservação do patrimônio audiovisual e à produção de conhecimento sobre a cultura audiovisual brasileira; apoio à inovação no setor audiovisual.

1040	Governança Fundiária	211A	Consolidação de Assentamentos Rurais	Viabilização, conforme prioridade, da implantação ou a recuperação de infraestrutura dos projetos de assentamento e territórios quilombolas reconhecidos, a realização da concessão, do acompanhamento e fiscalização da aplicação dos créditos de instalação pelas famílias beneficiárias do programa de reforma agrária, além das ações de supervisão ocupacional, gestão ambiental, titulação e demais ações visando proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável e a consolidação dos projetos de assentamento.
1031	Agropecuária Sustentável	210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais	Promover, apoiar e fomentar as ações de estruturação dos Sistemas Produtivos dos agricultores familiares, pequenos e médios produtores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos visando o fortalecimento das cadeias produtivas, geração de renda, superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida no meio rural. Aquisição, distribuição e fomento à produção de insumos, com vistas a melhoria da capacidade produtiva. Promoção de sistemas de produção sustentáveis. Promoção e fomento à certificação diferenciada de produtos. Apoio à inclusão nos processos de agroindustrialização. Fomento a projetos de ciência e tecnologia, ensino e extensão para estruturação produtiva. Apoio, execução, monitoramento e fiscalização de projetos de fomento, infraestrutura e serviços de estruturação de produtiva. Monitoramento e fiscalização de contratos de gestão, repasses, convênios e outros instrumentos congêneres. Apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido brasileiro. Implantação e gestão de sistemas de cadastro e gerenciamento de informações dos agricultores, suas atividades e organizações produtivas. Promoção da inclusão produtiva sustentável. Apoio técnico ao Garantia-Safra. Identificação dos diversos públicos beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006) e cadastramento das Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais (EFR) e as Formas Associativas da Agricultura Familiar no CAF.
5012	Educação Profissional e Tecnológica	21D6	Implementação de Centros de Referência dos Institutos Federais	Apoio à implementação dos Centros de Referência dos Institutos Federais, que são unidades criadas para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica, por meio de aporte de recursos para aquisição de materiais, mobiliários e equipamentos, além de ações de custeio para início do funcionamento, visando à execução de: planos, programas e projetos, destinados à promoção de pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais; estímulo e apoio aos processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária	<p>Implementação de ações que garantam e promovam os direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Promoção da ampliação e qualificação das alternativas penais em substituição à privação de liberdade. Fomento e fortalecimento das corregedorias, ouvidorias, inteligência e conselhos da comunidade. Mapeamento e atendimento das necessidades de estruturação e modernização do sistema penitenciário e aquisição de equipamentos de segurança (monitoramento, inteligência, armamento, etc.). Práticas que proporcionem a segurança da unidade prisional federal e as assistências aos internos custodiados nessas. Implantação de um conjunto de iniciativas que terão como resultado a produção de informações para subsidiar a tomada de decisões, visando aprimorar o gerenciamento do sistema penitenciário com objetivo de atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado. Coordenar ações dos serviços de guarda, de vigilância e de custódia de presos nas penitenciárias federais; Gerenciamento da Força de Cooperação Penitenciária. Dispêndios relativos à conservação da infraestrutura das Penitenciárias Federais. Apoio às construções, reformas, ampliação e aprimoramento nos estabelecimentos penais dos entes federados; Maximização de geração de vagas no sistema prisional, através de transferências voluntárias e/ou contratos de repasse; Absorção dos encargos relativos à contratação temporária e excepcional de engenheiros e pagamento dos custos operacionais relativos aos contratos de repasse com a mandatária da União. Promoção de ações voltadas ao atendimento da agenda transversal e multissetorial da primeira infância. Implementação de políticas voltadas às mulheres privadas de liberdade, visando a humanização do cumprimento da pena.</p>
1031	Agropecuária Sustentável	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário	<p>Promoção da agropecuária nacional pela difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins, inclusive em agricultura irrigada; estudos de Infraestrutura e Logística da Produção - INFRALOG; promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias; apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas e pecuárias; apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias sustentável da aquicultura; fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG e a outros signos distintivos; fomento à inovação no agronegócio, inclusive na agroindústria; fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação; fomento ao uso de boas práticas de manejo e conservação de solo e água; fomento à implementação de sistemas integrados de produção agropecuária; apoio ao desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, bem como incentivo e apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário mediante a aquisição de patrulhas mecanizadas; e apoio à formalização e comercialização da produção, com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuário.</p>

1031	Agropecuária Sustentável	20Y0	Desenvolvimento da Aquicultura	Promoção de ações voltadas ao ordenamento e desenvolvimento da cadeia produtiva, tais como: realização de estudos e pesquisas visando à sustentabilidade da atividade; elaboração das normas de ordenamento da aquicultura; fortalecimento das instituições de extensão, ensino, pesquisa e laboratórios; apoio na assistência técnica e extensão; promoção da difusão e inovação tecnológica; aquisição de bens, materiais, serviços e objetos compatíveis com projetos e atividades aquícolas; apoio à realização de eventos; fiscalização de cessão de uso de águas da União e monitoramento ambiental da atividade;
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	Financiamento contínuo de estudos e projetos de implantação, recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, balizada pela identificação de focos estratégicos em C&T, visando promover a melhoria contínua da infraestrutura de pesquisa nessas instituições .
5011	Educação Básica de Qualidade	0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	Apoio a iniciativas voltadas para o desenvolvimento, a universalização e a melhoria do processo educacional em todas as etapas e modalidades da educação básica; apoio a instituições públicas de todas as esferas do governo para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria da qualidade do ensino; apoio à implementação de programas e políticas para a educação básica geridos pelo MEC e unidades vinculadas; apoio a ações de valorização e cooperação entre os profissionais da educação, bem como divulgação e replicação de práticas exitosas em educação. Estão vedadas as despesas que não constituem manutenção e desenvolvimento de ensino relacionadas no art. 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), em especial a subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.

1031	Agropecuária Sustentável	21B8	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia	Ampliar o acesso e a participação dos agricultores familiares, pequenos e médios produtores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos nos arranjos e cadeias produtivas no âmbito da Bioeconomia, compreendendo extrativismo, agroextrativismo, sociobiodiversidade, bioinsumos, sistemas agrícolas tradicionais, energias renováveis, plantas medicinais e fitoterápicos, chás e azeites especiais, especiarias, condimentos e aromáticos Promoção, fomento, e execução de ações e projetos voltados a estruturação de cadeias e arranjos produtivos no âmbito da Bioeconomia. Promoção, fomento, e execução de ações e projetos voltados a valorização de comunidades rurais, seus produtos, serviços e processos relacionados à Bioeconomia. Promoção, fomento, e execução de ações e projetos voltados a inserção nas cadeias produtivas do biodiesel e demais energias renováveis. Promoção dos produtos, serviços e processos relacionados à Bioeconomia junto aos setores econômicos, visando novas oportunidades de negócios e renda. Capacitação dos agentes públicos, técnicos e beneficiários envolvidos nas cadeias e arranjos de estruturação produtiva, valorização de comunidades rurais produtos, serviços e processos e geração e utilização de energias renováveis no âmbito da Bioeconomia. Fomento a projetos de ciência e tecnologia, ensino e extensão para Bioeconomia. Apoio, execução, monitoramento e fiscalização de projetos de fomento, infraestrutura e serviços para a Bioeconomia.
2205	Conecta Brasil	20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital	Apoio a iniciativas ou projetos que tenham como objetivo a inclusão digital, proporcionada pela implantação de infraestrutura de conexão à internet, pela disponibilização de serviços de acesso à internet, pela capacitação de cidadãos nas áreas das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC bem como pela implementação de ações voltadas especialmente para atender às necessidades das populações de baixa renda e de comunidades rurais, remotas e excluídas. Realização de apoio a projetos de tecnologias de informação e comunicação, tais como implantação e fortalecimento de Espaços Públicos de Inclusão Digital.
6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	20X4	Manutenção e aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM	Operação e funcionamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, responsável pela produção de conhecimento especializado sobre os ambientes da Amazônica Legal, do mar territorial, da Zona Econômica Exclusiva e de outras áreas consideradas de interesse, atuando como ferramenta de apoio às ações governamentais e facilitando a aplicação da ciência, a obtenção da consciência situacional e do planejamento nas operações em campo, em especial, no monitoramento e no combate aos ilícitos ambientais.
2207	Programa Espacial Brasileiro	21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais no país, como o de novas plataformas e veículos lançadores, fomentando uma cadeia de valores e fornecedores nacionais para o setor espacial, ou seja, empregando ao máximo a indústria nacional de forma a desenvolver e manter competências no setor, focando em missões espaciais de interesse da sociedade.

1031	Agropecuária Sustentável	21B6	Assistência Técnica e Extensão Rural	Viabilização, ampliação e qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural presencial e remota, educação formal e não formal no campo e capacitação, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, pequenos e médios produtores, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos, além da formação e capacitação de agentes de ATER e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados. Estruturação de mecanismos para produção e transferência de conhecimento e de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais aos produtores e comunidades rurais. Apoio à formação dos agricultores, jovens e mulheres. Apoio a estruturação dos órgãos e entidades públicos de assistência técnica e extensão rural e a Agência Nacional de Assistência Técnica - ANATER e sua viabilização junto aos Estados, Municípios e seus consórcios. Apoio a organização social dos Agricultores, cooperativas e arranjos e cadeias produtivas locais. Apoio ao desenvolvimento agrário e comunitário.
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável	Promoção de debates com as universidades e a sociedade; identificação e promoção de programas de formação profissional e universitária e ampliação das ofertas de estágio; e formulação e desenvolvimento de programas e qualificação profissional para a melhoria do desempenho da gestão pública, com a finalidade de melhorar a formulação e implementação de políticas públicas e preparar jovens e adultos de organizações governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de competências e habilidades para a atuação profissional.
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Apoio financeiro a ações de assistência estudantil, a partir da implementação de medidas voltadas à redução das desigualdades sociais e étnico-raciais, à acessibilidade de portadores de deficiência, à melhoria do desempenho acadêmico e à ampliação do acesso e permanência, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal, por meio do fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica, centros federais de educação profissional, Colégio Pedro II e escolas técnicas vinculadas às universidades federais.
4002	Segurança Institucional	2684	Ações de Inteligência	A ação compreende atividades de planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades finalísticas de Inteligência; a capacitação na área de Inteligência para servidores da ABIN e órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); o desenvolvimento e implementação de soluções na área de tecnologia da informação e a gestão de pessoal e administrativa.

1040	Governança Fundiária	211C	Reforma Agrária e Regularização Fundiária	<p>Identificação e efetivação da destinação das terras públicas federais não destinadas, por meio da afetação para uso de interesse público; da doação para Estados e Municípios; ou da regularização fundiária dos ocupantes que atendam os critérios da Lei nº 11.952/2009, Lei 8.629/1993 ou Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de possuidores a qualquer título e dependentes da regularização fundiária. Custeio das ações administrativas de regularização da estrutura fundiária das ocupações em terras públicas federais rurais que atendam os critérios da lei 11.952 de 2009 e legislação correlata. Promoção da gestão da malha fundiária, assim como da segurança jurídica no campo e acesso às políticas públicas de desenvolvimento sustentável; serviços administrativos ou de apoio; manutenção de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio"; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade. Apoio à regularização fundiária indireta, realizada pelos Estados para viabilizar a regularização das ocupações rurais em terras públicas estaduais. Promoção da discriminação e arrecadação de terras públicas devolutas, para fins de regularização fundiária e reforma agrária. Transferências de áreas federais para estados, municípios e demais entes e órgãos da administração pública. Promover os meios necessários à regularização fundiária de imóveis rurais, no tocante às ocupações em áreas particulares de interesse público. Regularização e titulação de Projetos de Reforma Agrária. Custeio, manutenção e desenvolvimento de sistemas eletrônicos digitais de uso nacional. Georreferenciamento e Certificação de imóveis rurais. Auditoria e monitoramento das bases georreferenciadas. Auditoria e gestão das ações de certificação de imóveis rurais</p>
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	<p>Desenvolvimento de programas e projetos no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), hospitais universitários e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) voltados a: pesquisa, tutoria e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; formação, aperfeiçoamento e pesquisa de interesse do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; apoio à promoção e incentivo à participação em congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; apoio a premiação de pesquisadores; bem como demais atividades inerentes às ações de pesquisa, tutoria e extensão; apoio à edição de obras científicas e educacionais, assim como à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior; suporte a iniciativas e projetos que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre pesquisa, tutoria e extensão, bem como a vivência social e comunitária e a integração entre a IES e hospitais universitários e a comunidade, inclusive por meio de oferta de bolsas; formação de grupos tutoriais de alunos visando otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem. Estão vedadas as despesas que não constituem manutenção e desenvolvimento de ensino relacionadas no art. 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), em especial a subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.</p>

0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	20TP	Ativos Cíveis da União	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	21AS	Fortalecimento da Família	Financiamento, execução e divulgação de projetos que visem o fortalecimento de vínculos familiares intergeracionais e a promoção, a proteção e a defesa dos valores e costumes da família. Realização de campanhas, eventos e ações de formação; desenvolvimento e divulgação de estudos, pesquisas, e publicações; e implementação de serviços de atendimento e assistência para a família. Projetos de conscientização e disseminação de boas práticas e bons tratos em família. Projetos de atendimento e assistência para a família em instituições públicas e privadas. Projetos de promoção, proteção e defesa dos valores e costumes da família. Projetos de adaptação organizacional para as necessidades da família. Projetos de formação de agentes públicos e privados que atuam direta e indiretamente com políticas públicas. Projetos de desenvolvimento de estudos, pesquisas, e publicações sobre família.
1031	Agropecuária Sustentável	20Y2	Registro, Monitoramento e Certificação da Atividade Pesqueira	Promoção do registro, monitoramento, licença, regularização e certificação das atividades pesqueiras e aquícolas, com vistas à promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros; fomento à implementação de sistemas integrados relacionados as atividades pesqueiras e aquícolas.
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	20US	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico	Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento da Ciência para o avanço e ampliação do estoque de conhecimento e da infraestrutura científica do país, propiciando a geração de dados e informações na fronteira do conhecimento e o enfrentamento de desafios de abrangência regional, nacional e internacional. O apoio a projetos de pesquisa contribui para o fortalecimento, ampliação e reconhecimento da capacidade científica nacional instalada e a inserção da ciência brasileira em nível internacional.
2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	21B0	Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória	Avaliação e/ou proposição de novos marcos e critérios regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, visando à eficiência econômica, melhoria regulatória e ao funcionamento de mercados em ambientes concorrenciais. Promoção da concorrência e aperfeiçoamento dos modelos de regulação econômica, com ênfase em políticas públicas que promovam a eficiência econômica e a produtividade da economia. Apoio à elaboração, monitoramento e avaliação de programas do plano plurianual relacionados a temas microeconômicos e regulatórios. Análise de Impacto Regulatório (RIA). Promoção da capacidade competitiva brasileira por meio da implantação das Zonas de Processamento de Exportações.

1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	20WB	Pesquisa e Informações Florestais	Gestão e aprimoramento do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF para a disponibilização contínua de informações sobre os recursos florestais, a gestão dos recursos florestais, a produção florestal de bens e serviços sobre as florestas do país. Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. Desenvolvimento e apoio de projetos de pesquisas em espécies florestais e produtos florestais madeireiros e não madeireiros e sua industrialização, para subsidiar as ações do Serviço Florestal Brasileiro e a sociedade como um todo. Estímulo e fomento à prática de atividades florestais sustentáveis, incluindo a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica.
5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Fomento e fortalecimento da Economia Solidária por meio do repasse de recursos para apoio, assessoramento técnico, aquisição e/ou instalação de equipamentos, incubação de associações, cooperativas e empreendimentos econômicos solidários, com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo. A ação prevê ainda o fomento a iniciativas de finanças solidárias e a promoção de atividades de formação em economia solidária.
5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza	Apoio ao desenvolvimento das capacidades necessárias e das oportunidades de emancipação cidadã das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. A ação se destina, portanto, a promover a geração de trabalho, ocupação e renda por intermédio de atividades de capacitação, fomento ao empreendedorismo e assistência técnica, bem como realizar a intermediação de mão-de-obra entre trabalhadores e empregadores, como forma de reduzir o tempo de desemprego ou melhores trajetórias profissionais para os trabalhadores. Serão realizados, também, estudos, pesquisas, projetos relacionados à inteligência de dados, mapeamento e disseminação de boas práticas nacionais e internacionais, relacionadas à inclusão socioeconômica.
5011	Educação Básica de Qualidade	20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos estudantes dessas instituições. Assistência ao educando; aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado; aquisição de material de consumo e permanente; elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.
2207	Programa Espacial Brasileiro	20VB	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial	Desenvolvimento e ampliação do conhecimento das ciências espaciais, tecnologias críticas e de competências para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais e o avanço da ciência, tecnologia e inovação, com crescente participação da indústria. Dada a pluralidade tecnológica envolvida no setor espacial, a busca pela autonomia se dá pelo apoio a diversas iniciativas, que se estendem desde pesquisas científicas de base, passando pela atividade de inovação, até o domínio de tecnologias específicas. Adicionalmente, a busca pela autonomia tecnológica se dá de forma indissociável da busca pela captação, formação e manutenção dos recursos humanos necessários para sua adequada operacionalização. Cada uma das iniciativas apoiadas pela Ação está descrita em plano orçamentário específico, com seus respectivos detalhamentos.

2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	20V6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo	<p>Realização de atividades de fomento ao desenvolvimento tecnológico, ao empreendedorismo e à inovação nas empresas e cadeias produtivas, em especial nas áreas de Nanotecnologia, Fotônica, Materiais Avançados, Tecnologia Assistiva, Tecnologias para Saúde, Energia, Biocombustíveis, Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Transportes e outras de interesse da economia nacional, por meio do aprimoramento do arcabouço legal e do uso de instrumentos de financiamento para inovação; da implantação e operação de ambientes de inovação como parques tecnológicos, incubadoras de empresas e núcleos de inovação tecnológica; do estímulo à proteção do conhecimento e à transferência de tecnologia; da mobilização e difusão da inovação no ambiente empresarial; da criação e consolidação de redes de serviços tecnológicos e de extensão tecnológica; do suporte à pesquisa e desenvolvimento de projetos cooperativos entre ICTs e empresas; da capacitação da infraestrutura laboratorial de serviços e de pesquisa; do fomento à criação e consolidação de redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação; da realização de estudos e prospecções setoriais; da realização de eventos de divulgação científica e tecnológica tais como congressos, seminários, workshops, exposições, cursos e encontros empresariais; e da cooperação internacional para a elevação da taxa de inovação nas empresas; a elevação da participação dos gastos empresariais em P&D&I; a criação de massa crítica e capacitação/formação de recursos humanos para pesquisa e inovação; o aumento da quantidade de empresas instaladas em parques tecnológicos; e o aumento da criação de empresas de base tecnológica em incubadoras de empresas com vistas ao aumento da agregação de valores aos produtos, processos e serviços das empresas e suas cadeias produtivas, bem como para contribuir com o surgimento e fortalecimento de empresas inovadoras para o aumento da competitividade do sistema produtivo brasileiro nas áreas citadas. Apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TIC); promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC à produção de conteúdos digitais criativos, desenvolvimento de componentes eletrônicos no Brasil (semicondutores, displays, microeletrônicos e outros dispositivos para aplicações avançadas em áreas estratégicas) e o desenvolvimento do setor de software; promoção de iniciativas para atração e capacitação de recursos humanos e de serviços correlatos nas áreas de TICs; gestão, acompanhamento, avaliação e divulgação dos resultados das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, previstos na Lei no 8.248.91 – Lei de Informática. Apoio à eventos de divulgação e debates sobre a indústria brasileira de tecnologias da informação e comunicação. Apoio à formulação e à implementação da Estratégia Digital Brasileira; mobilização e coordenação de atores dos setores públicos, privados e da sociedade civil relacionados à agenda digital; participação em fóruns e espaços de debate relacionados à agenda digital. Desenvolvimento do ecossistema de Internet das Coisas (IoT) e da tecnologia de comunicação avançada</p>
5021	Gestão e Organização do SUS	8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	<p>Realizar atividade de auditoria com foco nas ações, serviços e gestão do Sistema Único de Saúde, em consonância com seus princípios, diretrizes e suas políticas públicas, bem como realizar ações pedagógicas com o intuito de apoiar tecnicamente a estruturação dos componentes de auditoria nas demais esferas.</p>

5023	Vigilância em Saúde	20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	Organização, integração e disseminação de informações sobre saúde para planejamento, avaliação e formulação de políticas e controle social para o SUS, para os profissionais e a população; fomento, regulamentação e avaliação de ações de informatização do SUS, direcionadas para a manutenção e o desenvolvimento do sistema de informações em Saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde, bem como realizar pesquisas e incorporar tecnologias de informática que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde. Definição, elaboração, publicação e distribuição de padrões, diretrizes, normas, procedimentos técnicos e políticas nacionais relacionadas a vigilância em saúde. Transferência de informações, contratação e qualificação de recursos humanos específicos, de bens e serviços de informática no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério. Manter e ampliar estrutura física e apoiar ações oportunas para prevenir e/ou controlar, vigiar e responder, à ocorrência de surtos, epidemias, calamidades públicas, e outras situações de possível emergência em saúde pública de relevância nacional ou internacional. Apoio a estados, municípios e Distrito Federal na promoção de atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da tuberculose, Hanseníase, malária, dengue, HIV/AIDS, DST, doenças imunopreveníveis e negligenciadas, e no controle de doenças e agravos não preveníveis. Desenvolvimento das ações de saúde, saúde do trabalhador; do sistema nacional de laboratórios de saúde pública; Apoio ao processo de tomada de decisões em saúde, diagnosticando necessidades, identificando prioridades e analisando a distribuição por meio de análise de situação de saúde. Informação, educação e comunicação por meio da produção, impressão e distribuição de material técnico normativo, produção de folderes, cartazes, vídeos e outras mídias e material informativo.
2220	Moradia Digna	8873	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS	Apoio às ações de desenvolvimento institucional do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SHNIS e capacitação de seus agentes, com foco na melhoria das condições urbanísticas e habitacionais das cidades, prioritariamente, nas áreas em que vivem famílias de baixa renda.
2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00TF	Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na Faixa de Fronteira	Apoio à implantação de projetos de infraestrutura produtiva e complementar, como a implantação de parques tecnológicos nos Arcos de Fronteira que apoiem o desenvolvimento da faixa de fronteira; implantação de obras públicas em apoio à produção e à logística que articulem regionalmente os municípios da Faixa de Fronteira, incluindo a Fronteira Marítima ou Amazônia Azul. As obras que compõem esta ação devem ser estruturantes e indutoras do desenvolvimento econômico local e regional

2209	Brasil, Nosso Propósito	20U4	Governança do Patrimônio Imobiliário da União	<p>Promoção de ações voltadas para: ampliação da governança e dos mecanismos de administração do patrimônio imobiliário da União; racionalização do uso e ocupação dos imóveis; desinvestimento e alienação dos imóveis inservíveis para a administração pública; rentabilização dos ativos com a modelagem de novos modelos de negócios e constituição de fundos imobiliários lastreados imóveis da União; ampliação das ações de caracterização dos bens da União – demarcação, cadastro, registro, avaliação e contabilização; ampliação das ações de destinação de bens da União para apoio aos programas de regularização fundiária urbana e rural e provisão habitacional, em articulação com os demais entes federativos; destinação e regularização com titulação de áreas para comunidades tradicionais; destinação e regularização de áreas em apoio a projetos e programas de infraestrutura, bem como projetos econômicos de interesse nacional; desenvolvimento e modernização das bases de informações e sistemas para administração do patrimônio imobiliário da União; racionalização e automação dos processos de administração do patrimônio; modernização dos processos de gestão das receitas patrimoniais; aperfeiçoamento dos canais de relacionamento com a sociedade e; provisão dos recursos necessários para qualificação da infraestrutura e dos meios para funcionamento da unidade central e das unidades descentralizadas.</p>
6016	Educação Especial	21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	<p>Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica no Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos estudantes dessas instituições, bem como: aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado; elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; realização e participação em eventos; investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.</p>

APÊNDICE C – 17 ODS E SUAS 169 METAS

As Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;

1.2 até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;

1.3 implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

1.5 até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;

1.a garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;

1.b criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza;

Objetivo 2

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

2.2 até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;

2.3 até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola;

2.4 até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas robustas, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

2.5 até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente;

2.a aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo;

2.b corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

2.c adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos;

Objetivo 3

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;

3.2 até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos;

3.3 até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;

3.4 até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;

3.5 reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;

3.6 até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;

3.7 até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;

3.8 atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;

3.9 até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo;

3.a fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado;

3.b apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;

3.c aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

3.d reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde;

Objetivo 4

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.1 até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

4.2 até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário;

4.3 até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;

4.4 até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

4.5 até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

4.6 até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;

4.7 até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

4.a construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos;

4.b até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;

4.c até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

Objetivo 5

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e

exploração sexual e de outros tipos;

5.3 eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da

responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

5.a empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

5.b aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis;

Objetivo 6

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

6.1 até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos;

6.2 até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;

6.3 até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;

6.4 até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;

6.5 até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;

6.6 até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;

6.a até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso;

6.b apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.;

Objetivo 7

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos

7.1 até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;

7.2 até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;

7.3 até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética;

7.a até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;

7.b até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio;

Objetivo 8

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

8.1 sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo;

8.2 atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra;

8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

8.4 melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;

8.6 até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;

8.7 tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil,

incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;

8.8 proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário;

8.9 até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

8.10 fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos;

8.a aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo;

8.b até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho;

Objetivo 9

Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e robusta, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;

9.2 promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo;

9.3 aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;

9.4 até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;

9.5 fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;

9.a facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e robusta em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

9.b apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities;

9.c aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020 Objetivo;

Objetivo 10

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

10.1 até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;

10.2 até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

10.3 garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;

10.4 adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;

10.5 melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações;

10.6 assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;

10.7 facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas;

10.a implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio;

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais;

10.c até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%;

Objetivo 11

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis

11.1 até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;

11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países;

11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;

11.5 até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

11.6 até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

11.7 até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

11.a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;

11.b até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;

11.c apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais;

Objetivo 12

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;

12.2 até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais;

12.3 até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e 26 abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita;

12.4 até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;

12.5 até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso;

12.6 incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios;

12.7 promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;

12.8 até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;

12.a apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo;

12.b desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

12.c racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas;

Objetivo 13

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

13.1 reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;

13.2 integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;

13.3 melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima;

13.a implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível;

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas;

Objetivo 14

Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;

14.2 até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;

14.3 minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;

14.4 até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;

14.5 até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;

14.6 até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio; Considerando as negociações em curso na Organização Mundial do Comércio, a Agenda de Desenvolvimento de Doha e o Mandato Ministerial de Hong Kong.

14.7 até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo;

14.a aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo;

14.b proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;

14.c assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”;

Objetivo 15

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade

15.1 até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

15.2 até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;

15.3 até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;

15.4 até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;

15.5 tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

15.6 garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;

15.7 tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;

15.8 até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;

15.9 até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas;

15.a mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;

15.b mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover

o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;

15.c reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável;

Objetivo 16

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares;

16.2 acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;

16.3 promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos;

16.4 até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado;

16.5 reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

16.6 desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

16.8 ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;

16.9 até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento **16.10** assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

16.a fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

16.b promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 17

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.1 fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;

17.2 países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento, inclusive o compromisso apresentado por vários países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento,

e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; provedores de AOD são encorajados a considerarem definir uma meta para prover pelo menos 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo;

17.3 mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;

17.4 ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento;

17.5 adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo; Tecnologia

17.6 melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo global de facilitação de tecnologia global;

17.7 promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;

17.8 operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação; Desenvolvimento de Capacidades

17.9 reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;

17.10 promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha;

17.11 aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020;

17.12 concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;

17.13 aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas;

17.14 aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;

17.15 respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;

17.16 reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;

17.17 incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias Dados, monitoramento e prestação de contas; **17.18** até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência,

localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;

17.19 até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.

APÊNDICE D – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS NA PESQUISA – LOA E DESTAQUE

AÇÃO	TÍTULO DA AÇÃO
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
20TP	Ativos Civis da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
20TP	Ativos Civis da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
20TP	Ativos Civis da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
20TP	Ativos Civis da União
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
21B3	Fomento às ações de pesquisa, extensão e inovação nas instituições de ensino de educação profissional e tecnológica
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
4641	Publicidade de Utilidade Pública
0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
15R4	Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
00PI	00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)
21B4	21B4 - Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
21AR	Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação
214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos
2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)
210T	Promoção da Educação do Campo
8458	Apoio à Agricultura Urbana
21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica
0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior
20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor
2000	Administração da Unidade
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional
8340	Inovação para o Desenvolvimento Regional
21CK	Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional
20U9	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos
6925	Licenciamento Ambiental Federal

20Y8	Desenvolvimento da Cafeicultura
2C55	Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal
6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento
218A	Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira
211A	Consolidação de Assentamentos Rurais
210V	Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais
21D6	Implementação de Centros de Referência dos Institutos Federais
21BP	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária
20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário
20Y0	Desenvolvimento da Aquicultura
2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
21B8	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia
20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital
20X4	Manutenção e aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM
21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais
21B6	Assistência Técnica e Extensão Rural
6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
2684	Ações de Inteligência

211C	Reforma Agrária e Regularização Fundiária
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
20TP	Ativos Cíveis da União
21AS	Fortalecimento da Família
20Y2	Registro, Monitoramento e Certificação da Atividade Pesqueira
20US	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico
21B0	Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória
20WB	Pesquisa e Informações Florestais
215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo
20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
20VB	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial
20V6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo
8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde
20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
8873	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS
00TF	Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na Faixa de Fronteira
20U4	Governança do Patrimônio Imobiliário da União
21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

ANEXO 1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA PROPOSTA PELO TCU



Fonte: Referencial Básico de Governança Organizacional (TCU, 2020, p.39)